



OS VÁRIOS PARANÁS

**OESTE PARANAENSE:
o 3º Espaço Relevante**

especificidades e diversidades



OS VÁRIOS PARANÁS

INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL - IPARDES

OS VÁRIOS PARANÁS

OESTE PARANAENSE: o 3º Espaço Relevante
Especificidades e Diversidades

CURITIBA
JULHO DE 2008

GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ

Roberto Requião - *Governador*

SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO GERAL

Nestor Celso Imthon Bueno - *Secretário*

INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL

Carlos Manuel dos Santos - *Diretor-Presidente*

Nei Celso Fatuch - *Diretor Administrativo-Financeiro*

Maria Lúcia de Paula Urban - *Diretora do Centro de Pesquisa*

Deborah Ribeiro Carvalho - *Diretora do Centro Estadual de Estatística*

Thais Kornin - *Diretora do Centro de Treinamento para o Desenvolvimento*

EQUIPE TÉCNICA

Diócles Libardi

Gláucia Zúniga

Maria Isabel de Oliveira Barion

Marley Deschamps

Nelson Ari Cardoso

Rosa Moura

Sandra Terezinha da Silva

Editoração

Maria Laura Zocolotti - *Coordenação*

Estelita Sandra de Matias - *Revisão de texto*

Léia Rachel Castellar - *Editoração eletrônica*

Júlio Cesar de Ramos e Lucrécia Zaninelli Rocha - *Geoprocessamento*

Stella Maris Gazziero - *Diagramação e tratamento de imagens*

Regia Toshie Filizola - *Capa*

Maria Dirce Botelho Marés de Souza - *Normalização bibliográfica*

159v Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social
Oeste paranaense: o 3. espaço relevante : especificidades e
diversidades / Instituto Paranaense de Desenvolvimento
Econômico e Social. - Curitiba : IPARDES, 2008.

86 p.

Estudo Os Vários Paranás

1. Desenvolvimento regional. 2. Desenvolvimento econômico-
social. 3. Desigualdades regionais. 4. Oeste do Paraná. I. Título.

CDU 332.14(816.2)

APRESENTAÇÃO

O trabalho aqui apresentado é uma tentativa de adentrar em uma das diversas espacialidades identificadas e descritas no Estudo Os Vários Paranás, em desenvolvimento pelo Núcleo de Estudos Regionais e Urbanos do IPARDES.

Constitui-se na síntese de uma análise mais detalhada, para a espacialidade Oeste do Paraná, das informações organizadas pelo referido Projeto, incluindo um período histórico mais abrangente, assim como a ampliação do universo de referências. Buscou-se tanto responder a indagações subjacentes às etapas anteriores quanto destacar novas indagações que serão remetidas à fase correspondente ao debate regional dos resultados. O relatório com a íntegra da pesquisa encontra-se em IPARDES (2008), que estará disponível na página *web* do IPARDES (www.ipardes.gov.br).

Por certo, analisar uma região implica abrir um canal de interlocução com segmentos regionais, detentores de um conhecimento que vai além da literatura e das informações estatísticas. Assim, o objetivo do texto que ora se torna público é subsidiar um debate com representantes desses segmentos e só então aproximar-se de sua sistematização final.

Está, portanto, aberto a críticas e sugestões, certamente enriquecedoras de seu conteúdo.



SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	3
INTRODUÇÃO	7
1 DA EXPLORAÇÃO PRIMÁRIA À URBANIZAÇÃO	13
OCUPAÇÃO	13
FORMAÇÃO DO TERRITÓRIO	17
CRESCIMENTO E DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO	19
PERFIL SOCIODEMOGRÁFICO	23
2 A FORMAÇÃO DE UMA ECONOMIA REGIONAL	29
AGROPECUÁRIA	29
INDÚSTRIA E AGROINDÚSTRIA	35
EMPREGO FORMAL	43
3 ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE CIDADES E ATIVIDADES URBANAS	49
REDE DE CIDADES	49
SERVIÇOS E COMÉRCIO	52
INFRA-ESTRUTURA TÉCNICO-CIENTÍFICA	56
4 ESPECIFICIDADES REGIONAIS	59
AGLOMERAÇÃO TRANSFRONTEIRIÇA	59
ROYALTIES	64
TURISMO	68
5 OBSERVAÇÕES FINAIS	71
REFERÊNCIAS	76
MAPAS	79



INTRODUÇÃO

Os resultados da pesquisa *Os Vários Paranás*¹ apontam para um território diverso, concentrado e desigual, revelando espacialidades² com certo grau de homogeneidade e complementaridade em suas relações econômicas. O que necessariamente não repercute em inter-relações capazes de reverter algumas disparidades sociais históricas, porque são produtos da mesma dinâmica econômica que consolidou tais espacialidades. Embora muitas vezes relevantes sob o ponto de vista econômico e institucional, as espacialidades apresentam indicadores sociais críticos, inerentes e decorrentes a seus processos de crescimento, cuja integração resulta da história e sustenta a dinâmica do território como um todo. Mesmo nas espacialidades econômica e institucionalmente mais relevantes, situações de carência e pobreza social são visíveis, tanto no âmbito intermunicipal quanto intramunicipal, configurando, desta forma, distintos recortes espaciais, em outras palavras, “Vários Paranás”.

Para a compreensão e identificação dessas múltiplas espacialidades presentes no território paranaense, a pesquisa tomou como fio condutor a divisão social do trabalho, categoria capaz de mediar o entendimento entre o processo de desenvolvimento em geral e o desenvolvimento específico de uma economia e sociedade particulares. As distintas espacialidades respondem por diferentes papéis na divisão social do trabalho, tanto externa quanto internamente ao Estado.

¹ Consubstanciada nas publicações: “Os Vários Paranás: estudos socioeconômico-institucionais como subsídio aos Planos de Desenvolvimento Regional” (IPARDES, 2005); “Os Vários Paranás: identificação de espacialidades socioeconômico-institucionais como subsídio a políticas de desenvolvimento regional” (IPARDES, 2006b); “Os Vários Paranás: linhas de ação para as dimensões econômica, social e institucional: subsídios à política de desenvolvimento regional” (IPARDES, 2006c).

² Espacialidade é a expressão usada para designar um recorte espacial de porção do território, que se peculiariza por algum traço determinante na interação de dinâmicas sociais, culturais, econômicas, ambientais, institucionais e territoriais, no fenômeno de produção do espaço, configurando uma morfologia particularizada por padrões de continuidade, relações intensas ou articulações. Desconsidera divisões territoriais ou político-administrativas, expressando um fato (urbano-regional, regional) em si.



Entre o que se convencionou chamar “espaços relevantes” (IPARDES, 2005)³, ou seja, aqueles recortes espaciais com expressão econômica e institucional, em diversos níveis, destaca-se uma espacialidade de máxima relevância, concentração e densidade, formada pela aglomeração metropolitana de Curitiba, pelo entorno de Ponta Grossa e por Paranaguá (1.º espaço), e duas espacialidades com elevada relevância, uma no Norte Central (2.º espaço) e outra no Oeste do Estado (3.º espaço). Quatro recortes foram apontados como espacialidades de média relevância: o espaço especializado do Centro-Oriental, o conjunto da porção Noroeste, a porção Sudoeste, assim como Guarapuava (estendendo-se a Irati) e Campo Mourão, centrados em porções do território que não manifestam condições similares. Espacialidades com mínima relevância são identificadas em municípios de fronteira com o Estado de Santa Catarina e São Paulo. Outro conjunto de espaços relativamente homogêneos são os “socialmente críticos”: uma mancha contínua na porção central do Estado, que se alonga no sentido Norte Pioneiro/Centro-Sul, além do Vale do Ribeira e de outras manchas contínuas menores que margeiam porções fronteiriças e de alguns municípios que pontuam individualmente outras porções do Paraná (mapa 1).

Rememora-se, neste ponto, que mais que estabelecer limites e recortes ou criar agrupamentos que compartilhem o exercício do governo estadual, o procedimento adotado em *Os Vários Paranás* foi apontar espacialidades que permitissem compreender processos e distinguir espaços requerentes de políticas diferenciadas para o seu desenvolvimento e o desenvolvimento do Estado como um todo. Por isso não foram propostos recortes rígidos para as espacialidades identificadas, mas delineamentos aproximados, mutáveis no espaço ao longo do tempo. No entanto, para efeitos de pesquisa, o recorte analítico adotado aglutina conjuntos de municípios correspondentes no comportamento de suas variáveis econômicas, sociais e institucionais.

O recorte analítico, no espaço Oeste, compõe-se fundamentalmente dos municípios integrantes da Mesorregião Oeste Paranaense, do IBGE, excetuando o município de Ubitatã, que faz parte da Mesorregião Centro-Ocidental Paranaense. Entre os municípios da Mesorregião Oeste, apenas Guaraniaçu e Diamante do Sul não se integram

³ Embora reconhecidos como espacialidades, a adoção da expressão “espaço relevante”, e não “espacialidade relevante”, assume o uso recorrente admitido a partir de IPARDES (2005). A idéia de “relevante” foi tomada de Diniz e Crocco (1996), que a usaram na identificação das aglomerações industriais relevantes.

ao 3.º espaço, dadas suas condições sociais extremamente precárias, levando-os a integrar a porção denominada “socialmente críticos”.

Identificados os recortes, a pesquisa direcionou-se para leituras mais aprofundadas e detalhadas das espacialidades, definindo uma seqüência de análises iniciada pelo recorte correspondente ao Oeste paranaense. Essa escolha resultou de uma série de informações apontando dinâmicas próprias nessa espacialidade, que a distinguem em relação ao conjunto dos municípios do Estado.

“Última fronteira” de ocupação e expansão da exploração agropecuária, esta porção do Estado reúne indicadores econômicos e institucionais que a situam entre os três espaços de maior relevância do Estado, sendo uma das regiões onde a complementaridade das atividades produtivas resulta em uma agroindústria dinâmica com importantes impactos regionais, capazes de provocar rearranjos na estrutura fundiária local e na configuração populacional, consolidando uma densa rede de cidades.

Sua articulação atual à divisão social do trabalho se dá a partir de um número de atividades ligadas, fundamentalmente, à produção agroindustrial, assim como aos serviços. A posição fronteiriça, cuja centralidade se manifesta fundamentalmente em Foz do Iguaçu, assegura-lhe o desempenho de funções importantes nas relações internacionais, comércio e turismo, elevando seu peso na geração de riquezas e estreitando vínculos do Paraná (e do Brasil) com os países do Mercosul.

Tal relevância foi se construindo ao longo do tempo, e se constata que, entre os recortes espaciais do Paraná, essa porção é uma das que se mantêm em posições de relevância nas décadas que sucedem os anos 1970, enquanto algumas sofrem quedas abruptas no contingente populacional, na participação na renda gerada no Estado e no estoque dos empregados formais. Essa relativa constância da região, considerada sua participação no conjunto do Estado, constitui um dos seus principais diferenciais, o que não significa dizer que não haja a presença de carências sociais, principalmente no meio urbano de suas principais cidades.

Assim como o Estado do Paraná, o 3.º espaço, quando analisado no âmbito do conjunto dos municípios paranaenses, é também diverso e desigual. A trajetória de sua ocupação descreve a inserção diferenciada de seus municípios na divisão social do trabalho, resultando em condições internas sociais bastantes heterogêneas, ao contrário de sua base econômica e institucional.



As análises se pautam num conjunto de informações que busca abrangência em termos temporais, como as oferecidas pelos Censos Demográficos do IBGE, para 1970, 1980, 1991 e 2000, e pela Contagem da População de 2007; informações sociais do Atlas do Desenvolvimento Humano (PNUD, 2003); dados do valor adicionado fiscal do Estado (VAF), fornecidos pela Secretaria da Fazenda do Estado do Paraná (SEFA), em uma série que compreende 1975 a 2005; dados da distribuição do emprego total e do emprego industrial para os anos 1985, 1990, 1995, 2000 e 2005, da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), do Ministério do Trabalho e Emprego; dados obtidos na Secretaria de Estado do Turismo e Secretarias Municipais de Turismo, assim como do Ministério do Turismo, Instituto Brasileiro de Turismo (EMBRATUR), Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), e da Secretaria do Tesouro Nacional (STN), relativos ao período 1997-2006.

O trabalho ora apresentado se inicia relatando o processo de ocupação do espaço e formação do território, enfatizando o momento de transição da exploração primária à urbanização, analisando a organização territorial, o crescimento e distribuição da população e as mudanças no perfil sociodemográfico. Um segundo conjunto de análises aborda a formação de uma economia regional, pautada na agropecuária e agroindústria, examinando também o comportamento do emprego formal. Sustentando e orientando-se a partir da rede de cidades, um terceiro conjunto de análises explora a consolidação de segmentos urbanos da economia, assim como da infra-estrutura técnico-científica, tecendo considerações acerca da representatividade da presença de Itaipu no âmbito do desenvolvimento regional. Um quarto conjunto analisa aspectos específicos da região, como a configuração socioespacial composta pela aglomeração transfronteiriça da qual faz parte Foz do Iguaçu, entre outros municípios; a presença de recursos financeiros oriundos da transferência de *royalties* como repasses compensatórios pelo alagamento de terras agricultáveis pelo lago de Itaipu; e a presença do turismo na dinâmica dessa aglomeração.

O trabalho finaliza com alguns pontos que remetem a novos estudos, na perspectiva de continuidades e desdobramentos. Para efetivar tais intentos, a equipe considera imprescindível o diálogo com instituições regionais e com representantes dos diversos segmentos locais, como meio não só de se impregnar do conhecimento da

realidade, mas de instaurar um processo de reflexão que instrua proposições e a articulação entre agentes sociais.

O conjunto produzido, sabidamente inconcluso e insuficiente à abordagem da ampla variedade de processos locais e regionais, é mais uma contribuição a um debate maior e à motivação de novas pesquisas que dêem conta de compreender a dinâmica regional como subsídio à formulação de políticas de desenvolvimento regional.



OCUPAÇÃO

Uma primeira etapa no processo de ocupação do Oeste paranaense pode ser considerada como sendo marcada pelo domínio dos espanhóis e dos portugueses. Pelos termos do Tratado de Tordesilhas firmado entre Portugal e Espanha no século XV, a região onde se localiza hoje o aqui definido como 3.º espaço ficava predominantemente no lado espanhol. Palco de disputas entre portugueses, espanhóis e indígenas, a região cobiçada pelo lendário Alvar Nuñez Cabeza de Vaca assistiu, em 1629, à liquidação da redução jesuíta espanhola de Guayrá pela poderosa Bandeira de Raposo Tavares e Manuel Pedro (SPERANÇA; SPERANÇA, 1985).

O Tratado de Madri passou definitivamente às mãos portuguesas o território em 1750, deixando para Portugal a lida com os habitantes nativos que não pretendiam abrir mão de suas terras. Os indígenas foram enfrentados com muita ferocidade, e especialmente o ano de 1814 foi o mais cruento de todos. Caingangues, Xetás (ou botocudos) e várias tribos Guaranis eram as principais etnias a ocupar o território do 3.º espaço (RIBEIRO, 2008). Há hoje áreas nos municípios de São Miguel do Iguaçu, Tupãssi e Guaíra ocupadas por aproximadamente 700 indígenas Guaranis (Mbýá, Nhandeva, Nhanteté e Avá-Guarani), Caingangues e alguns dos últimos remanescentes do povo Xetá.

A segunda etapa tem início em 1824, quando chega à região o primeiro contingente de imigrantes, constituído de alemães, que dá origem às pequenas propriedades rurais, surgindo então as lavouras de subsistência e embrionando uma indústria artesanal. Mais tarde, numa política de ocupação, o governo imperial põe em prática a concessão de terras a companhias colonizadoras estrangeiras, que dão início ao sistema “obragero”⁴.

⁴ Os obrageros eram capitalistas, particularmente argentinos, que exploravam grandes propriedades - as obrages - voltadas ao sistema de exploração da erva-mate e da madeira, existentes em território paraguaio, argentino e brasileiro. Os mensus eram trabalhadores braçais (índios guaranis e paraguaios) pagos por mês (FREITAG, 2001).



A partir de 1920, com a conclusão das primeiras obras de estrada ligando esta porção do território paranaense à capital do Estado, destinada não apenas aos carroções, mas também aos primeiros automóveis, um novo contingente populacional ocupa as terras do Oeste, uma vez que muitos trabalhadores (operários, engenheiros e militares) fixaram moradia na região, dando início a uma terceira etapa de ocupação, consolidada na década seguinte.

Nos anos de 1930, ocorre um novo momento na ocupação dessa porção do território paranaense, com o início do movimento denominado “Marcha para o Oeste”. Implementado pelo governo do presidente Getúlio Vargas, tinha o intuito de adensar a ocupação do território brasileiro. A marcha para o Oeste deu prosseguimento à exploração da madeira, mas introduziu a exploração agrícola. Outros aspectos marcam essa fase da ocupação: a nacionalização da força de trabalho, pois decreto da época impunha a composição por 2/3 de trabalhadores brasileiros; a alocação de infra-estrutura viária; e a implementação do processo planejado de ocupação da faixa da “fronteira ocidental” por companhias colonizadoras gaúchas, voltadas ao mesmo tempo a atividades imobiliárias e à exploração de madeira. Porém, a considerar os registros censitários, sua efetiva contribuição para o adensamento do espaço foi bastante discreta. Fato que pode ser atribuído à sua distante localização em relação à porção Leste, por onde se iniciou o povoamento do Paraná, e à quase total inexistência de infra-estrutura de comunicação interligando-a ao restante do Estado, mantendo, assim, seu isolamento e suas baixas densidades populacionais (IPARDES, 2004).

A partir da década de 1940, algumas iniciativas governamentais, como a criação, pelo governo federal, do Território Federal do Iguazu, em 1942, extinto em 1946, e a subsequente criação do Departamento Administrativo do Oeste, por parte do governo estadual, geraram os primeiros impulsos institucionais de ocupação e de exploração econômica da região (MAGALHÃES FILHO, 1999). No final da década de 1950, os esforços efetivos para implantação de um sistema viário impulsionaram a atividade agrícola da região, privilegiada pela boa qualidade dos solos e capacidade técnica dos produtores, viabilizando a produção de excedentes para comercialização. “Assim, não apenas as áreas rurais experimentaram incrementos substantivos de população, ao longo desse período, mas também inúmeros núcleos urbanos foram se formando para dar suporte à agricultura em expansão.” (MAGALHÃES, 2003, p.15-16).

Nesse processo, algumas correntes imigratórias se destacaram. Uma delas guarda relação com a chegada das companhias gaúchas colonizadoras de terras (WACHOWICZ, 1982), dedicadas à exploração da madeira e ao mercado imobiliário; outra foi formada principalmente por fluxos populacionais liberados das plantações de café à medida que estas iam sendo substituídas; outra, ainda, foi formada basicamente por agricultores de origem alemã e italiana, provenientes das áreas serranas do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina, que paulatinamente vinham se destinando às regiões Sudoeste e Oeste do Paraná, intensificando-se em volume, particularmente nos anos 1950 (IPARDES, 2003c, 2004).

O contingente populacional que migrou para o Oeste entre 1950 e 1970 possuía algumas características comuns que lhe conferiam certa homogeneidade, importante fator para a conformação econômica e a identidade cultural desta porção do território paranaense. Em sua maioria oriunda do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina, tratava-se de pequenos proprietários rurais, com algum capital, atraídos pela possibilidade de construir um futuro mais promissor, ou, simplesmente, expulsos pelo processo acumulativo e concentracionista em curso em seus locais de origem. Eis aí a primeira característica comum.

Outra característica que está diretamente associada à anterior é a origem rural desses trabalhadores e/ou pequenos proprietários, o que lhes atribuiu um conhecimento ou *expertise* relativo àquela que seria a principal atividade da região, a agropecuária. A agroatividade desenvolvida por esses migrantes estava voltada ao mercado, o que ampliava suas condições de inserção na divisão social do trabalho, pautada na produção primária destinada ao comércio. Não se trata, portanto, de produtores rurais de subsistência e, sim, de produtores inseridos e/ou conhecedores das lógicas do mercado.

Uma terceira característica importante diz respeito à identidade cultural deste migrante. Pode-se dizer que nessa fase da ocupação a origem gaúcha prepondera e faz com que esta população desenvolva uma espécie de territorialidade, com traços culturais distintos daqueles até então presentes na região. Este aspecto torna-se importante quando se considera o relativo isolamento desta população em relação ao seu local de origem e ao restante do Paraná. Nesta época, as possibilidades de comunicação, acesso e traslado eram bastante precárias e a infra-estrutura de transporte praticamente inexistente.

Esse isolamento começa a ser rompido com a implementação da infra-estrutura de circulação e comunicação no Oeste paranaense, destacando-se a construção da Ponte Internacional da Amizade, unindo Brasil e Paraguai (1965); o asfaltamento da BR 277,



ligando Foz do Iguaçu a Paranaguá (1969); e a implantação da usina hidrelétrica de Itaipu (no início dos anos 1970), para utilização do potencial hidráulico do rio Paraná, em condomínio entre os dois países, constituindo uma represa desde, e inclusive, o Salto Grande de Sete Quedas, ou Salto del Guairá, até a foz do rio Iguaçu. Instaura-se, então, uma quarta e decisiva etapa na ocupação do território.

A partir de meados da década de 1970, a tecnificação e mecanização no cultivo da soja consolidam e aceleram mudanças, provocando uma alteração radical na base produtiva regional, com repercussão na estrutura fundiária e, conseqüentemente, na distribuição da sua população.

Entre os anos 1950/1970, a população total do Oeste paranaense passa de pouco mais de 16.000 para mais de 760.000 habitantes, num crescimento não verificado em nenhum outro espaço paranaense. Nos dez anos seguintes, 1970/1980, esse crescimento se desacelera e o espaço apresenta uma taxa de crescimento populacional de pouco mais de 2% ao ano, o que, em termos absolutos, representa um incremento em torno de 200 mil novos habitantes. Porém, com o início das obras de Itaipu (1973/1974), o município de Foz do Iguaçu salta de 33.966 habitantes, em 1970, para 136.321, em 1980. Isso significa que 50% do acréscimo populacional registrado na região deu-se apenas em um município. Foz do Iguaçu concentrava na época todo o canteiro de obras da binacional, alojando em seu perímetro a massa de operários, ditos “barrageiros”, que para lá foram em busca de trabalho, e com eles algum tipo de agregado. Mais uma vez, o 3º espaço vivencia o impacto de uma ocupação humana veloz e densa, fato que irá redefinir, ainda que num espaço mais restrito do seu território, uma nova grandeza de tempo - expressa na celeridade dos eventos - nas relações sociais, culturais e econômicas até então existentes.

A região começa a transformar-se num “formigueiro” humano. Entre 1975 e 1978, mais de 9 mil moradias foram construídas nas duas margens para abrigar os homens que atuam na obra. Até um hospital é construído para atender os trabalhadores. À época, Foz do Iguaçu era uma cidade com apenas duas ruas asfaltadas e cerca de 20 mil habitantes; em dez anos, a população passa para 101.447 habitantes. (ITAIPIU, 2008).

O impacto sobre a sociedade local foi tão superlativo quanto a obra de engenharia que ali construía. Inicia-se, portanto, com a construção de Itaipu, um novo momento na ocupação do Oeste paranaense, associado ao desenvolvimentismo. Este novo momento necessariamente não nega o anterior, mas introduz novos componentes - humanos, sociais, culturais e econômicos - no “destino” ou formato futuro da região. A modernidade se instaura na atividade agropecuária como sinônimo da mecanização da atividade

agrícola, com sua nova escala de produção. A rapidez na ocupação do que se tratava ser a última fronteira agrícola do Paraná e sua aptidão a incorporar as novas exigências tecnológicas, somadas à pauta produtiva imposta pela inserção do País na nova divisão do trabalho, irão repercutir em uma redistribuição populacional no território. Inicia-se um movimento irreversível e crescente em direção aos espaços urbanos, esboçando uma rede de cidades pautada em aglomerações que se efetivará nas décadas seguintes.

FORMAÇÃO DO TERRITÓRIO

Acompanhando essas etapas, o 3.º espaço vive dois momentos distintos de fragmentação institucional do território, por intermédio da emancipação e instalação de novos municípios. Essa fragmentação institucionaliza processos emancipatórios, de natureza quase sempre política, favorecendo o surgimento de lideranças provenientes do contingente migratório que ali se instalou, ou em resposta a ele.

Até 1950, apenas Foz do Iguaçu possuía a condição político-administrativa de município, cuja área se estendia até o Noroeste do Estado. Os registros censitários da época acusam uma população que pouco ultrapassava os 16 mil habitantes, dos quais 3,4 mil vivendo em aglomerados urbanos (tabela 1). O Censo Demográfico de 1960 registra a presença de outros três municípios (Cascavel, Toledo e Guaíra), desmembrados do então município de Foz do Iguaçu, e instalados entre 1951 e 1952. Inicia-se aí uma fragmentação do território, como que reproduzindo as mudanças na sua estrutura fundiária estabelecida a partir da oferta de terras e do capital que migra para este espaço. Qual seja, pequenos proprietários com o intuito de darem prosseguimento à exploração dos recursos naturais que se tornavam escassos em seus locais de origem.

TABELA 1 - EVOLUÇÃO DA CRIAÇÃO DE MUNICÍPIOS NO 3.º ESPAÇO - PARANÁ - 1950/2007

CENSO	NÚMERO DE MUNICÍPIOS	POPULAÇÃO TOTAL	POPULAÇÃO URBANA	POPULAÇÃO RURAL	GRAU DE URBANIZAÇÃO (%)
1950	1	16.421	3.404	13.017	20,73
1960	4	113.752	29.843	84.412	26,24
1970	19	763.723	152.354	611.948	19,95
1980	20	953.364	490.662	452.902	51,47
1991	35	1.017.300	738.136	279.164	72,56
2000	49	1.140.315	937.484	202.831	82,21
2007 ⁽¹⁾	49	1.246.881	1.060.336	186.645	85,03

FONTE: IBGE

NOTA: Dados trabalhados pelo IPARDES.

(1) A população total dos municípios com mais de 170 mil habitantes foi estimada; desta forma, para efeito deste estudo foram mantidas as mesmas taxas de urbanização observadas em 2000.



A continuidade desse processo de fragmentação acontece entre 1960 e 1967, quando são legalmente instalados 15 novos municípios que apresentavam em média uma população rural equivalente a 87% de sua população total. No processo de emancipação dos anos 1960 constata-se que os quatro principais municípios a partir dos quais são desmembrados os novos⁵ (Foz do Iguaçu, Toledo, Guaíra e Cascavel) passam a concentrar, em 1970, 53% da população urbana do 3.º espaço, e, em 1980, 60%.

Desenham-se aí os primeiros esboços de uma rede de cidades que incorpora uma hierarquia de oferta de serviços que se efetivará nas décadas seguintes, com a ressalva de que, com a conformação do lago de Itaipu, Guaíra, ao perder seu principal atrativo turístico - o salto das Sete Quedas -, perde também importância nesta hierarquia.

Assim, o adensamento de algumas cidades começa a consolidar espaços de convivência urbana, significando a possibilidade de expansão do capital, através de um setor de comércio e serviços voltado às atividades agropecuárias e à possibilidade de consumo de bens duráveis por parte da população rural, que começa a experimentar os primeiros frutos de um período que seria conhecido mais adiante como “milagre econômico”. Nesse período algumas poucas cidades tornam-se referência para as relações comerciais que a agropecuária necessitava para estabelecer seu vínculo com o mercado nacional/internacional e, ao mesmo tempo, o local de implantação das agroindústrias emergentes.

A busca da produtividade máxima torna-se um horizonte mais que necessário, uma vez que o esgotamento da fronteira não possibilita a expansão das áreas de cultivo. Isso será possível numa segunda fase deste processo, quando a geração de riqueza oriunda da própria atividade propicia maior acumulação de capital e sua inversão na expansão, através da compra ou arrendamento de propriedades vizinhas. Inicia-se, assim, no 3º espaço, um processo de concentração fundiária.

E é nesse mesmo período, numa relação direta com essa modernização, sinônimo de mecanização, tendo no cultivo da soja a principal alavanca, que se inicia um segundo momento na ocupação deste espaço, caracterizado por um intenso êxodo rural. Não se trata mais apenas de uma migração externa, e sim da intensificação de um fluxo migratório interno do campo para as cidades.

Nesse processo de urbanização são instalados na porção Oeste, entre 1979 e 1982, nove municípios: Cafelândia, Tupãssi, Vera Cruz do Oeste, Jesuítas, Três Barras do Paraná,

⁵ Exceto Ubitatã e Catanduvas, que foram desmembrados de municípios não pertencentes ao 3º espaço.

Boa Vista da Aparecida, Missal, Braganey e Santa Terezinha de Itaipu. Entre 1989 e 1993 outros 19 municípios são emancipados. Tal aceleração do processo de fragmentação se deve aos novos dispositivos constitucionais, regulamentados por lei estadual em 1993, que remeteram à instância estadual a definição de critérios para desmembramentos municipais. O 49º município criado no 3º espaço foi instalado em 1997. Esses 29 novos municípios apresentam em comum o predomínio da população urbana.

CRESCIMENTO E DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO

Em 1970, segundo o Censo Demográfico do IBGE, o 3.º espaço possuía 763.723 habitantes, ou 11,02% do total da população do Estado; em 2000, já reunia 1.140.315 habitantes, correspondendo a 11,87% da população paranaense no mesmo ano. Segundo a Contagem Populacional do IBGE, o conjunto de municípios do 3.º espaço reunia 1.246.981 habitantes em 2007, com participação de 12,12% no total da população do Estado. Confirma-se então que, embora o Paraná tenha desenvolvido dinâmicas intensas nessas décadas, o 3.º espaço é uma das poucas espacialidades que mantêm constante ao longo do período a participação no total da população.

Entre 1970 e 1980, a população rural do 3.º espaço decresceu, porém o ritmo de crescimento da população urbana foi o mais elevado dentre as espacialidades paranaenses. Esse ritmo de perdas rurais, em parte compensadas por elevado crescimento urbano, permaneceu nas décadas seguintes.

Entre 1970 e 1980, esse espaço tinha a segunda maior taxa média geométrica de crescimento no Paraná (2,31% a.a.), superada apenas pela do 1.º espaço (que crescia a taxas de 4,65% a.a.). A construção da Usina de Itaipu agregou um condicionante singular ao comportamento populacional. Provavelmente, não fosse essa grande obra, o espaço teria sofrido um esvaziamento, não só da população rural, mas também da urbana. Por conseguinte, nesse período, Foz do Iguaçu teve taxa de crescimento de 13,9% a.a., seguida por Cascavel, com 4,6% a.a., e por São Miguel do Iguaçu, com 3,1% a.a.

Entre 2000 e 2007 os municípios de Foz do Iguaçu e Cascavel confirmam sua hegemonia enquanto área de atração populacional. O primeiro mantém elevado ritmo de crescimento desde os anos de 1980, e o segundo desde os anos de 1990. Toledo, que durante a década passada teve crescimento inexpressivo, voltou a apresentar um ritmo maior, 1,70% a.a. (mapa 2).



Assim, no período analisado, Foz do Iguaçu passou a viver o maior incremento populacional absoluto do espaço, tendo agregado aproximadamente 90,8 mil habitantes entre 1970 e 1980, e sempre mais de 50 mil nos demais intervalos censitários (tabela 2). Cascavel também obteve elevado incremento nos três primeiros intervalos, todos superiores a 50 mil, e mais 40,4 mil entre 2000 e 2007. Toledo apresentou elevada agregação entre 1980 e 1991, de 23,2 mil habitantes, voltando a mostrar forte incremento nos últimos anos.

TABELA 2 - MAIORES INCREMENTOS POPULACIONAIS EM PERÍODOS INTER-CENSITÁRIOS, SEGUNDO MUNICÍPIOS DO 3.º ESPAÇO - PARANÁ - 1970/2007

MUNICÍPIO	2000-2007 ⁽¹⁾	1991-2000	1980-1991	1970-1980
Foz do Iguaçu	52.793	68.420	65.334	90.823
Cascavel	40.415	52.379	52.284	50.785
Toledo	11.657		23.128	
São Pedro do Iguaçu		7.277		
Três Barras do Paraná				20.321
3.º ESPAÇO	106.666	123.018	57.975	195.599

FONTE: IBGE

NOTA: Dados trabalhados pelo IPARDES.

(1) Dados da Contagem Populacional (IBGE, 2007).

Rolim (2004, p.5) descreve o peculiar crescimento de Foz do Iguaçu, no contexto da construção da Usina de Itaipu:

A história do impacto das grandes obras de engenharia no local em que elas são realizadas aponta para um período de crescimento intenso seguido por um refluxo e até mesmo do desaparecimento da concentração urbana existente ou surgida junto ao local. Em Foz do Iguaçu o quadro foi diferente. A cidade manteve o crescimento mesmo após o término da construção da hidrelétrica de Itaipu. A explicação para o fenômeno residia no fato da dinâmica econômica do lugar estar baseada em três grandes elementos: a própria existência da hidrelétrica e do grande contingente de pessoas empregado por ela [...]; o comércio com o Paraguai, em especial o comércio atacadista; a existência de um turismo de massa fundamentado na possibilidade de aquisição de *gadgets* eletrônicos no Paraguai e redistribuição no Brasil.

Conseqüentemente, Foz do Iguaçu e Cascavel são os municípios mais populosos do 3.º espaço, com 311.336 e 285.784 habitantes⁶, respectivamente, seguidos por Toledo, com 109.857. Além desses, outros oito municípios possuíam, em 2007, população entre 20 e 50 mil habitantes.

⁶ Na Contagem da População de 2007, os municípios com mais de 170 mil habitantes tiveram sua população total estimada. Para efeitos deste estudo, para cálculo do grau de urbanização desses municípios foram mantidas as mesmas taxas de urbanização observadas em 2000.

No cômputo geral, a maioria dos municípios do 3.º espaço apresentava, já em 2000, proporções de população residente no meio urbano superiores a 50%. O 3.º espaço chegou a 2007 com grau de urbanização de 85,03%, sendo que 11 municípios apresentaram grau de urbanização acima de 80%, podendo-se apontar Foz do Iguaçu como o único completamente urbanizado.

O grau de urbanização do 3.º espaço salta de forma abrupta, desenvolvendo uma trajetória ainda mais célere que a do próprio Estado do Paraná (IPARDES, 2004). Em 1970, o 3.º espaço possuía aproximadamente 19,9% da população vivendo nas áreas urbanas, situando-se entre as regiões menos urbanizadas do Paraná, com um grau bastante inferior ao do Estado, então de 36,1%. Em 2007, essa proporção alcança 85,03% da população nas áreas urbanas.

Foz do Iguaçu e municípios limítrofes seguem um padrão comum na conformação dos aglomerados, com elevado crescimento da cidade principal, seguido, nos decênios seguintes, pelo crescimento ainda mais elevado de municípios periféricos - que funcionam como receptáculos de uma população de menor renda excluída da cidade principal pelo mercado de terras. Foz do Iguaçu e Santa Terezinha de Itaipu confirmam esse processo. O mesmo se dá em relação ao entorno de Cascavel, com crescimento elevado incidindo em Ibema, Santa Tereza do Oeste e Cafelândia.

Como contraponto dessa concentração, evidencia-se um fenômeno generalizado de forte esvaziamento rural, com impacto até mesmo no comportamento da população total dos municípios: mais da metade destes tem taxas negativas de crescimento da população total entre 1991 e 2000 - muitos desde o período 1970-1980. Observa-se, também, a perda absoluta de população urbana em alguns municípios, no último decênio, e vários com taxas positivas, porém inferiores a 1% a.a., evidenciando uma incapacidade de sustentação do próprio crescimento vegetativo.

Não só a mudança na produção e concentração fundiária, com produção massiva de *commodities*, como também o alagamento de porções agricultáveis, foram responsáveis por elevados fluxos migratórios das áreas rurais em direção aos núcleos urbanos, ou para fora da região. Nesses 30 anos, o incremento de população pelo 3.º espaço foi de 376.592 habitantes, segundo maior volume agregado entre os espaços paranaenses; entre 1970 e 2000, o espaço obteve uma evasão de 408.387 habitantes rurais, superior, portanto, ao acréscimo de população total no espaço. Salienta-se que, ao longo das três décadas,



o espaço apresentou taxas de crescimento da população total e incremento populacional sempre positivos, mesmo que, entre 1980 e 1991, bastante reduzidos.⁷

Percebe-se que o mesmo fenômeno evidenciado no Paraná (IPARDES, 2005) se reproduz internamente em outras escalas: concentração de população em um conjunto reduzido de municípios; formação de aglomerações urbanas; grande perda de população rural na maior parte dos municípios, e também de população urbana em alguns; e incapacidade dos municípios de viabilizar condições de vida para a sua população.

Concomitante aos processos descritos, resultando no que se pode denominar “transição urbana”, alterações significativas na composição e na estrutura da população decorrentes do processo de transição demográfica foram observadas nos últimos 30 anos em todo o País. Neste período, mudanças no comportamento reprodutivo e no perfil de mortalidade da população fazem com que se registre no Paraná um declínio da fecundidade, aumento na expectativa de vida ao nascer e queda da mortalidade infantil. Estas mudanças também ocorrem no conjunto do 3.º espaço, reconfigurando sua estrutura etária e a proporcionalidade entre homens e mulheres.

Até o início dos anos 1970 as pirâmides etárias da população do Oeste paranaense apresentavam formato acentuadamente triangular, de base larga - típico de populações que experimentam historicamente elevados níveis de fecundidade e de mortalidade, resultando em um acentuado predomínio de crianças e jovens; ao final dos anos 1990, verifica-se um processo paulatino de envelhecimento, com redução do peso dos grupos de idade mais jovens e aumento das proporções das idades adultas e idosas. A região entra nos anos 2000 com o grau de envelhecimento⁸ da população entre os mais baixos do Estado (IPARDES, 2004). Porém, esse comportamento não ocorre homogeneamente entre os municípios que compõem o espaço, podendo-se evidenciar diferentes estágios da transição dos níveis de fecundidade e mortalidade.

Ainda que a urbanização fosse um fenômeno esperado, por ser inerente aos avanços do modo de produção capitalista, nada ou muito pouco se fez, de modo geral, para que a população rural encontrasse condições para sua reprodução, e isto se torna

⁷ Entre 1970 e 1980, taxa anual de 2,31% e incremento de 196,6 mil habitantes; entre 1980 e 1991, taxa de 0,53% e incremento de 58 mil; entre 1991 e 2000, taxa de 1,29% e incremento de 123 mil habitantes.

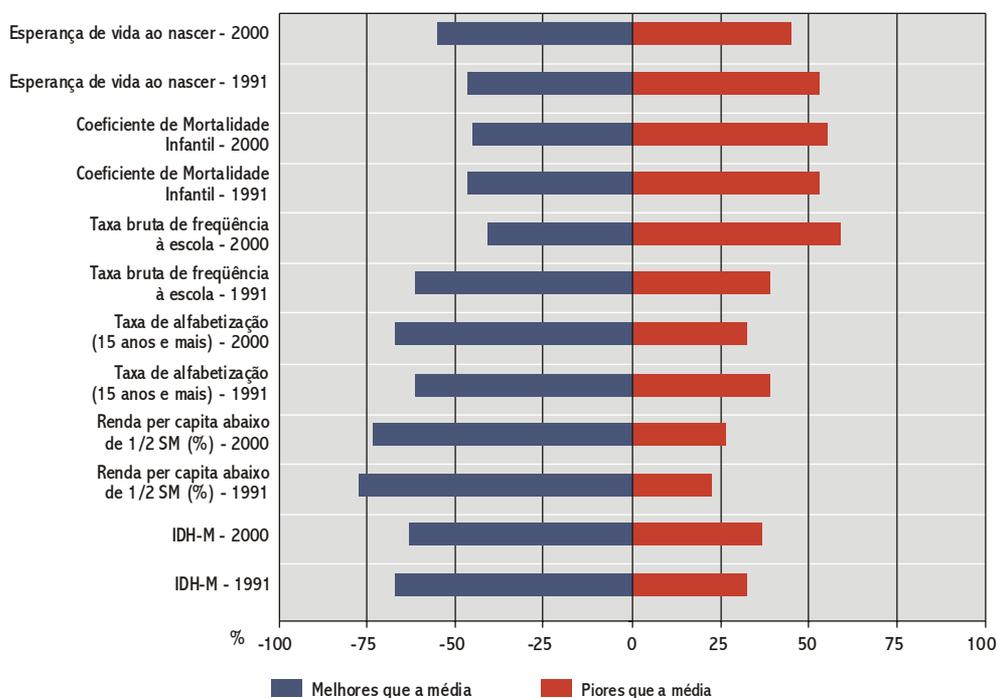
⁸ O índice de idosos, uma medida do envelhecimento de uma população, mede a relação entre o número de pessoas idosas e o número de pessoas nos grupos etários mais jovens (no presente estudo, pessoas com 65 anos e mais e menores de 15 anos, respectivamente). (IPARDES, 2004).

nítido nos municípios do 3.º espaço. Em função disso, parte significativa da população rural migrou nos últimos 30 anos, em maior volume para o 1.º espaço, mas também para regiões externamente ao Estado, visto que nas demais porções do território paranaense as condições para sua reprodução também deixaram de existir.

PERFIL SOCIODEMOGRÁFICO

Da análise evolutiva dos indicadores das condições sociodemográficas dos municípios do 3.º espaço tem-se que, de modo geral, houve ganhos relativos significativos em termos de melhoria das condições entre 1991 e 2000, muito embora a situação de muitos municípios ainda requeira atenção especial. No cômputo do conjunto de municípios há um crescimento do número daqueles com indicadores expressando melhor situação que a média do Estado (gráfico 1).

GRÁFICO 1 - POSIÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO OESTE PARANAENSE EM RELAÇÃO À MÉDIA DO ESTADO NOS INDICADORES SOCIAIS SELECIONADOS - 1991/2000



FORNTE: PNUD

NOTA: Dados trabalhados pelo IPARDES.



Excetuando a taxa de alfabetização de pessoas com 15 anos e mais e a esperança de vida ao nascer, em todos os demais indicadores houve um incremento de municípios com valores melhores que a média do Estado. O caso da taxa bruta de frequência à escola é o que demonstra a maior elevação da participação proporcional dos municípios em melhores condições: passa de 38,8%, em 1991, para 59,2% em 2000. Porém, é importante salientar que, mesmo no caso dos indicadores que tiveram redução da participação proporcional do conjunto de municípios com valores acima da média do Estado, isto não significa que esses municípios tenham regredido. Pelo contrário, a grande maioria apresentou melhora nas condições sociais da população, expressa nos indicadores selecionados. O que ocorreu, de fato, é que mesmo com essa melhoria outros municípios do Estado obtiveram saltos consideráveis, condicionando uma elevação das médias estaduais em todos os indicadores selecionados, indicando ao Paraná avanços sociais notáveis no comportamento médio de seus municípios. Alguns municípios do Oeste, mesmo com melhorias nos indicadores sociais, não conseguiram acompanhar o grau de mudança verificado nas médias do Estado.

Uma análise mais particularizada mostra que, em termos do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M), esse espaço, comparativamente aos demais, concentra o maior número de municípios em melhores posições (IPARDES, 2003b). Contudo, a variação entre o patamar mínimo e máximo do IDH-M é bastante expressiva. O IDH-M do Paraná em 1991 era de 0,711. O maior Índice foi encontrado em Curitiba (0,799) e o menor em Ortigueira (0,528). Dos 49 municípios do recorte Oeste, 16 (32,6% do total do espaço) situavam-se entre os 10% dos municípios com melhor desempenho no Paraná, todos com Índice igual ou acima de 0,718. Em 2000, essa situação se altera. Dos 49 municípios, 14 possuíam IDH-M que os colocava entre os 10% com melhor desempenho no Paraná, todos com IDH-M igual ou acima de 0,790. Outros quatro municípios encontram-se classificados com IDH-M acima da média estadual. Isto implica que, em termos de IDH-M, 36,7% dos municípios desse espaço possuíam, em 2000, desempenho superior à média do Estado, proporção superior à encontrada em 1991. Tais avanços auferidos em termos de desenvolvimento humano tiveram sua raiz em conquistas socioeconômicas, particularmente educacionais. Sua análise alerta quanto à necessidade de universalizar e ampliar territorialmente essas conquistas.

Além dos indicadores selecionados e analisados comparativamente entre 1991 e 2000, para este último período foram agregados outros indicadores que ajudam a avaliar o perfil social dos municípios. É o caso das famílias pobres e do déficit habitacional, produzidos apenas para 2000.

Com relação à presença de famílias pobres, em 2000 (IPARDES, 2003a) o 3.º espaço possuía aproximadamente 70 mil famílias vivendo com $\frac{1}{2}$ salário mínimo *per capita*, ou seja, 12,04% do total do Estado, sendo que mais de 26 mil (37,4%) famílias pobres presentes neste espaço residiam nos dois municípios mais populosos: Foz do Iguaçu e Cascavel, ambos com grau de urbanização superior a 93% (99,2% e 93,2% respectivamente).

Em termos absolutos essas 70 mil famílias totalizavam um contingente de 278.251 pessoas vivendo uma série de privações em vários aspectos de suas vidas. Aproximadamente uma em cada quatro pessoas dessa espacialidade vivia em condições de pobreza, embora a taxa de pobreza (proporção de famílias pobres) presente no conjunto do espaço tenha sido um pouco superior à estadual, apresentando 21,34% contra 20,87%, respectivamente.

Esses mesmos dados, referentes ao ano de 2000, demonstram que 36 municípios do 3.º espaço apresentavam uma presença de famílias pobres superior à taxa média estadual de pobreza (proporção de famílias pobres em relação ao total), num gradiente que ia de 21,74%, em Santa Terezinha de Itaipu, a 48,72%, em Braganey. No outro extremo, em 13 municípios esta taxa encontrava-se abaixo da média estadual, colocando-os em melhor situação que a média do Estado, destacando-se Quatro Pontes (7,92%) e Entre Rios do Oeste (9,49%), ambas com taxas inferiores a menos da metade da taxa do Estado (20,87%).

Outro aspecto que merece destaque é a existência de 18 municípios nos quais mais de 1/3 de suas famílias residentes se encontrava no ano de 2000 em situação de pobreza. Paradoxalmente, alguns destes municípios se agregam àqueles com maiores IDH-M, no eixo Cascavel/Marechal Cândido Rondon (dinâmico em termos econômicos) ou entre municípios lindeiros.

Ainda em relação às condições sociais referentes ao ano de 2000, o 3.º espaço possuía 12% do déficit habitacional do Estado, o que significa um déficit estimado de 20,3 mil moradias, ou seja, 6,47% do total dos domicílios desta espacialidade



apresentavam alguma precariedade ou abrigavam mais de uma família. Essa proporção é superior à estimada para o total estadual, na ordem de 6,35% do total de domicílios. Mais de 50% do déficit é oriundo de apenas três municípios, os mais populosos: Foz do Iguaçu (4.806), Cascavel (4.137) e Toledo (1.555).

Como síntese do perfil sociodemográfico pode-se afirmar que o 3.º espaço engloba poucos municípios classificados como socialmente críticos em IPARDES (2005) e apresenta um conjunto que sugere as melhores condições de atendimento a demandas sociais no Estado. Mesmo assim, as condições sociais desse conjunto são bastante heterogêneas. Enquanto muitos municípios se colocaram mais de uma vez entre os 10% em melhores condições do Estado, segundo indicadores selecionados, outros, também, por mais de uma vez, incluíram-se entre os 10% em situação mais crítica do Estado (quadro 1).

QUADRO 1 - NÚMERO DE VEZES ENTRE AS 10% MELHORES OU PIORES POSIÇÕES DO ESTADO, SEGUNDO INDICADORES SELECIONADOS⁽¹⁾. 2000

MUNICÍPIO	MELHORES POSIÇÕES	MUNICÍPIO	PIORES POSIÇÕES
Marechal Cândido Rondon	7	Ramilândia	4
Maripá	7	Campo Bonito	3
Quatro Pontes	7	Boa Vista da Aparecida	2
Toledo	7	Braganey	2
Entre Rios do Oeste	6	Catanduvas	1
Mercedes	6	Diamante do Oeste	1
Nova Santa Rosa	6	Ibema	1
Palotina	6	Iracema do Oeste	1
Cascavel	5	Santa Tereza do Oeste	1
Pato Bragado	5	São José das Palmeiras	1
Tupãssi	4		
Cafelândia	3		
Medianeira	3		
Assis Chateaubriand	2		
Formosa do Oeste	2		
Santa Helena	2		
Serranópolis do Iguaçu	2		
Foz do Iguaçu	1		
Iguatu	1		
Jesuítas	1		
Missal	1		
Ubiratã	1		
TOTAL: 22 municípios		TOTAL: 10 municípios	

FONTE: IPARDES

(1) Indicadores selecionados:

IDH-M, Renda per capita abaixo de 1/2 SM (%), Taxa de alfabetização (15 anos e mais), Taxa bruta de frequência à escola, Coeficiente de mortalidade infantil, Esperança de vida ao nascer, Taxa de pobreza, Déficit habitacional relativo.

Aponta-se que o número de municípios posicionados em condições extremas, sejam estas as melhores ou as piores, cresceu no período considerado, favorecendo as melhores. Em 1991, 19 municípios posicionaram-se em mais de um indicador entre os 10% em melhores condições no Estado; em 2000 passaram a ser 22 municípios. No oposto, em 1991, 6 municípios apresentaram posição entre os 10% em piores condições no Estado, passando a 10 em 2000.

Alguns municípios sistematicamente posicionaram-se entre os melhores. Considerando os nove indicadores analisados em 2000, Marechal Cândido Rondon, Maripá, Quatro Pontes e Toledo sobressaem por apresentarem as melhores posições do Estado em sete indicadores. Entre os demais, muitos são municípios beneficiados pelo repasse de *royalties* (ver análise na seção 4.3 deste trabalho).

Dos que se posicionam entre os 10% em piores condições no Estado, Ramilândia e Campo Bonito aparecem em quatro e três indicadores, respectivamente, o que demonstra que, no conjunto, prevalecem as condições de melhor desempenho.

Cabe chamar a atenção para o fato de que, entre os municípios que se posicionaram em 2000 entre aqueles em piores condições no Estado, muitos se avizinham aos pólos regionais, fazendo parte de aglomerações urbanas, confirmando a convivência entre condições de relevância econômica e institucional e condições sociais críticas.

Os centros principais e secundários concentravam também os maiores volumes de déficit habitacional, domicílios carentes e famílias pobres, fato diretamente relacionado ao crescimento econômico e à concentração urbana vivenciada pela região nas últimas três décadas, desacompanhados de políticas sociais compatíveis.



AGROPECUÁRIA

Para compreender as condições atuais de produção do setor agropecuário dois aspectos são fundamentais: o curto período que ocorre entre o início da ocupação da porção Oeste paranaense e os dias atuais, e a rapidez com que se dá a transição urbana, alterando sobremaneira as relações sociais.

De 1950 a 1970, para cada novo habitante urbano, a zona rural recebeu 4 habitantes, formando uma sociedade rural, com predominância de pequenos agricultores. Esse processo de ocupação está articulado às dificuldades de reprodução dos pequenos agricultores da região norte do Rio Grande do Sul, em processo de divisão das propriedades. A importância desse fato histórico é que os novos ocupantes do Oeste paranaense, em grande parte gaúchos, eram agricultores com experiência e conhecimento de práticas agrícolas e, principalmente, eram agricultores mercantis, o que será fundamental para as transformações posteriores.

Esses agricultores se instalam cultivando lavouras alimentares, indispensáveis à subsistência, mas desde o início também se voltavam a um produto predominantemente mercantil, o suíno. A ração dos suínos, produzida pelos próprios agricultores, era composta por milho, mandioca, abóbora, batata-doce e soja. O produto que, a partir dos anos 1970, se tornaria o principal cultivo da região - a soja - foi trazido pelo agricultores migrantes, que o conheciam e sabiam cultivá-lo.⁹

Os anos 1970, na agricultura brasileira, foram marcados por profundas transformações nas condições técnicas de produção. Em nível estadual, esse processo geral e articulado à economia nacional e às mudanças da inserção brasileira na divisão

⁹ Os primórdios da soja no Paraná estão descritos e analisados em “Análise Comparativa do Progresso Técnico na Soja em uma Região Antiga de Café (Norte) e em Região de Culturas Alimentares (Extremo-Oeste) no Paraná”. (IPARDES, 1981, p.44 e seguintes).



internacional do trabalho encontra no 3.º espaço condições que potencializaram seus efeitos e rapidez das suas transformações¹⁰: terra de alta fertilidade natural e topografia plana, favorável à mecanização e produtores mercantis, para quem a lógica da acumulação capitalista não era desconhecida. Além disso, a soja, que nesse processo de transformação se constituiu no veículo privilegiado do progresso técnico, fazia parte da cultura agrícola dos produtores.

A estrutura fundiária, com predominância numérica de pequenos estabelecimentos, foi um entrave particular à mecanização, pois a capacidade operacional dos tratores, por exemplo, maior do que a área individual disponível, representava, de um lado, um investimento acima das possibilidades e, de outro, nessa circunstância, desperdício de capital produtivo, portanto de maiores custos. Esse entrave foi rapidamente superado pela organização dos próprios agricultores, pela criação de cooperativas e mesmo de associações informais que permitiram o acesso ao sistema de crédito rural¹¹ e a utilização plena das máquinas e equipamentos. A superação desse entrave à valorização do capital produtivo é a raiz de um novo processo, o de concentração fundiária. Segundo o IBGE (Censos Agropecuários), entre 1970 e 1995/1996 o número de estabelecimentos do Espaço sofreu uma redução de aproximadamente 34%, passando de 83.216, em 1970, para 54.773 estabelecimentos em 1995/1996. Redução que atingiu principalmente proprietários e não-proprietários de estabelecimentos com área menor de 50 hectares.

Junto às transformações da base técnica e da estrutura fundiária, a pauta de atividades também se transformou. A importância absoluta e relativa da área cultivada com alimentos básicos, do período da ocupação, cedeu lugar, principalmente, à produção de soja. A ocorrência simultânea da incorporação de progresso técnico e da expansão da soja tem levado a interpretações que atribuem à soja o processo de inovação tecnológica da agricultura. Outra análise, mais adequada, é considerar que

[...] ao invés de a última onda inovadora estar associada à soja enquanto detentora de certas características próprias, ela se associou à soja enquanto produto líder do comércio exterior brasileiro. Isto é, o progresso técnico deste último ciclo está mais ligado ao ciclo econômico e à sua ligação com a economia mundial do que a qualquer característica particular da soja enquanto produto agrícola. (IPARDES, 1981, p.57).

¹⁰ Sobre as transformações no campo nos anos setenta, ver IPARDES (2006a, p.55 e seguintes).

¹¹ O Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR) foi componente determinante das transformações da base produtiva da agropecuária e da rápida incorporação de máquinas e equipamentos. Ver os trabalhos já citados.

Em dez anos, de 1960 a 1970, um milhão de hectares foram ocupados por novos estabelecimentos rurais, alcançando o total de 1,5 milhão de hectares. A área utilizada para o cultivo de lavouras temporárias passou de 11,8 mil para 599 mil hectares (tabelas 3 e 4). O cultivo de soja, que não teve registro no Censo Agropecuário de 1960, ocupava 155 mil hectares em 1970. A partir daí, os dados dos Censos Agropecuários seguintes evidenciam que o comportamento da variável Lavoura Temporária deve-se basicamente às variações da área cultivada com soja. De 1970 a 1975, época do maior incremento, a área de soja cresceu em números absolutos 427 mil hectares, enquanto a área com todas as lavouras temporárias (inclusive a soja) cresceu 418 mil hectares. Ou seja, todo o acréscimo na área de lavouras temporárias decorreu do aumento da área de soja. Nos períodos seguintes, ampliações de área cultivada com lavouras temporárias foram bem menores.

TABELA 3 - ÁREA TOTAL DOS ESTABELECIMENTOS, ÁREA DE LAVOURAS PERMANENTES E TEMPORÁRIAS E ÁREA COLHIDA DE SOJA - MESORREGIÃO OESTE - PARANÁ - 1960/1995

DESCRIÇÃO	ÁREA (em 1.000 ha)					
	1960	1970	1975	1980	1985	1995
Área total	621,0	1.617,7	1.748,4	1.837,5	1.819,6	1.818,2
Lavouras	133,4	659,5	1.087,7	1.188,1	1.089,5	947,6
Permanentes	21,6	59,4	70,4	52,8	22,9	19,3
Temporárias	11,8	599,1	1.017,3	1.135,3	1.066,6	928,3
Soja	-	155,1	582,2	747,7	667,7	658,7
Demais usos	487,6	958,2	660,7	649,4	730,1	870,6
Área de soja/área temp.	-	25,9	57,2	65,9	62,6	71,0

FONTE: IBGE - Censo agropecuário

NOTA: Dados trabalhados pelo IPARDES.

TABELA 4 - VARIÇÃO ABSOLUTA DA ÁREA DE LAVOURAS TEMPORÁRIAS E DE SOJA - MESORREGIÃO OESTE - PARANÁ - 1960/1995

DESCRIÇÃO	ÁREA (em 1.000 ha)				
	1960-1970	1970-1975	1975-1980	1980-1985	1985-1995
Lavouras temporárias	587,3	418,2	118,0	-68,7	-138,3
Soja	155,1	427,1	165,5	-80,0	-9,0
Varição da área de soja na variação da área de lavouras temporárias	26,41	102,13	140,25	116,45	6,51

FONTE: IBGE - Censo agropecuário

NOTA: Dados trabalhados pelo IPARDES.

Em nível mundial, a expansão do mercado de soja foi puxada pelo consumo de farelo de soja, utilizado para a produção de ração animal, acompanhando, nos países desenvolvidos, a expansão da produção e do consumo de proteínas animais - principalmente carnes de aves, suínos e leite.



No Brasil, a substituição progressiva do algodão e do amendoim como matéria-prima da produção de óleos vegetais comestíveis confere à soja um novo caráter, tornando-a independente da produção de suínos. A demanda mundial torna a expansão brasileira da soja inevitável e a exportação do grão e do farelo importante elo para viabilizar os fluxos de capitais internacionais para financiar os projetos de desenvolvimento do período ditatorial. Se pensarmos na constituição de um “complexo soja”¹² internacional, o Brasil e o Paraná entram na sua composição como fornecedores de soja em grão. Posteriormente, esse “complexo” se internaliza inteiramente - produção agrícola, transformação industrial, fábrica de rações, fábrica de óleos vegetais e outros derivados, produção, abate e industrialização de animais, produção e industrialização de leite, estrutura comercial e de financiamento - e assume grande importância econômica. Atualmente, o Brasil é um dos maiores produtores mundiais de proteína animal, e o Paraná e, em especial, o 3.º espaço, destacam-se no contexto nacional.

A internalização do “complexo soja” no 3.º espaço, em perspectiva histórica, serve para estruturar e reestruturar sua economia, influenciando decisivamente em todas as classes de atividades (agropecuária, indústria e serviços). Inicialmente foi a expansão da produção de soja e, a partir daí, tem-se a fundação de cooperativas de produção, instalação de plantas industriais de transformação do grão de soja, implantação de moderna produção de aves e suínos e de indústria de carnes, produção e industrialização de leite, fábrica de rações, serviços de armazenagem e de comercialização. Talvez, hoje, seja mais adequado se referir ao 3.º espaço como uma área especializada na produção de proteínas animais. As cooperativas tiveram e têm participação decisiva em todo o processo, atuando em todas as etapas de constituição do “complexo soja” e da produção de proteínas animais.

A produção agropecuária em 2005/2006 e também as atividades industriais de maior importância do 3.º espaço revelam, de um lado, a continuidade da especialização produtiva e, de outro, o papel determinante das cadeias agroindustriais, produtoras de proteínas animais, no desempenho econômico da espacialidade, como apontam os dados do Valor Bruto da Produção Agropecuária, comparando os valores das atividades no espaço e em relação ao total do Estado (tabela 5).

¹² Ver, sobre a constituição do “complexo soja”, Berlan, Bertrand e Lebas (1976).

TABELA 5 - VALOR BRUTO DA PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA DO 3.º ESPAÇO - PARANÁ - 2005

ITEM	3.º ESPAÇO (A)		ESTADO (B)		(A)/(B) - %
	R\$ mil	%	R\$ mil	%	
VBP Agrícola	2.056.018	40,3	14.779.910	56,8	13,9
VBP Pecuária	3.050.820	59,7	11.236.527	43,2	27,2
VBP TOTAL	5.106.838	100,0	26.016.437	100,0	19,6

FONTES: SEAB

NOTA: Dados trabalhados pelo IPARDES.

Cabe observar que no 3.º espaço o peso da produção animal e da produção vegetal é, em termos de grandeza, inverso ao do Estado, com maior peso na pecuária. Também se observa que a participação do 3.º espaço no VBP da pecuária do Estado aproxima-se muito do dobro de sua participação na produção vegetal - 27,2% para a primeira e 13,9% para a segunda.

As intensas transformações ocorridas na produção agropecuária nos últimos cinquenta anos mantiveram aderência com a lógica do período de ocupação, pautada em um sistema produtivo especializado, que articula as partes componentes, tendo em vista alcançar o mercado.

Nesse processo, os produtores também se especializaram, acompanhando os requisitos técnicos e a necessidade de maior eficiência no uso dos meios de produção. Se inicialmente o próprio agricultor precisava suprir os insumos da produção animal, sem ir ao mercado, sendo esta característica dos agricultores um fator para a instalação e desenvolvimento das agroindústrias, atualmente a especialização produtiva dos agricultores é a regra. Ou seja, as partes do sistema produtivo, da cadeia de produção, se espalham entre os agricultores especializados, mas o sistema/cadeia mantém a força mobilizadora. Tanto que a produção de soja e milho representa 73% do VBP da produção vegetal (soja 58,2% e milho 15%).

A relevância econômica desses dois produtos não se deve apenas às necessidades da produção pecuária da região ou da indústria de óleos vegetais, mas também ao fato de serem mercadorias internacionais. As cadeias de produção não necessitam de proximidade espacial. A soja em grão ou farelo de soja, por exemplo, produzidos no 3.º espaço, também fazem parte de outras cadeias de produção de carnes, inclusive de outros países. A prática operacional das agroindústrias de frango ajuda a entender a situação.



A produção avícola moderna se inicia, no Paraná e no 3.º espaço, com os contratos de integração entre a agroindústria e os produtores, nos anos 1960, particularmente pela Sadia. À época, as agroindústrias privilegiavam agricultores com certas características: pequenos produtores, com produção diversificada e mão-de-obra familiar não assalariada.¹³ Entre outras questões, essa estratégia visava que os próprios produtores fornecessem parte dos insumos para a alimentação dos animais, a soja e o milho principalmente, diminuindo os custos da produção, assim como os custos de manutenção da família. Atualmente, com os incrementos tecnológicos da produção avícola nas propriedades rurais - mecanização das atividades de alimentação, controle de temperatura, tamanho dos aviários -, estabelece-se uma relação empresarial na gestão e no emprego, e de dependência da cadeia de fornecedores na atividade.

São essas diferenças que determinaram as mudanças de gestão nas cadeias de produção. A agroindústria, controladora do processo, responsabiliza-se hoje por todo o fornecimento dos insumos, ou seja, não depende da produção dos próprios agricultores. É no mercado, inclusive internacional, que as agroindústrias se abastecem dos componentes para a fabricação da ração, que depois é fornecida ao avicultor. O produtor de milho não produz para a agroindústria, produz para esse mercado mais geral. Portanto, a importância, tanto da soja como do milho, está vinculada, sim, à importância da produção regional de carnes e leite, mas em maior grau à expansão do mercado geral, em que todas as cadeias produtivas de proteínas animais (e de óleos vegetais) do mundo se abastecem. O processo de especialização da produção agropecuária do 3.º espaço está articulado à expansão dos mercados mundiais de soja, milho e de carnes, e às transformações e avanços tecnológicos nas técnicas de produção primária desses produtos que colocaram o Brasil, o Paraná e o 3.º espaço, por eficiência produtiva, como grande fornecedor mundial.

Trata-se, portanto, de produção internacionalizada, estruturada a partir de uma cadeia produtiva regionalizada, que possui raiz no processo de ocupação do território, notadamente entre as décadas de 1950 e 1970, cujo reflexo repercute até os dias de hoje.

Nessas circunstâncias, é mais provável que a especialização produtiva regional, tanto agropecuária quanto industrial (agroindustrial), se aprofunde. Isto é, a rota da

¹³ As estratégias da agroindústria do frango estão analisadas em diversos estudos. Ver, por exemplo, Rizzi (1984 e 1993).

economia do 3.º espaço está determinada. Até aqui essa trajetória não foi suficiente para alterar significativamente as condições de renda da população que aí vive e trabalha, como demonstram informações sobre o mercado de trabalho, entre outros indicadores analisados nos itens subseqüentes deste estudo.

INDÚSTRIA E AGROINDÚSTRIA

O 3.º espaço representava, em 2005, 9,4% do VAF total estadual, enquanto no VAF industrial a participação era de 4,36%. Em comparação com 2000, a participação do 3.º espaço mostra comportamentos opostos, perde participação no VAF total, que era de 10,56%, e ganha no VAF industrial, que era de 3,32%. Ainda assim, a importância industrial do 3.º espaço, no contexto estadual, é bem menor do que a da sua economia como um todo. Isto é reflexo, de um lado, do processo de industrialização do Estado em geral e dessa porção territorial do Paraná, em particular, e, de outro, das políticas estaduais e nacionais de industrialização.

Historicamente, a industrialização desse espaço foi um desdobramento do processo de ocupação e, em essência, ainda hoje está vinculada à base agrícola da região. O povoamento efetivo, que ocorreu entre as décadas de 1950 e 1960, como abordado no item anterior, fez da derrubada das matas e da exploração da floresta a principal atividade industrial, seguida da transformação da produção agropecuária que foi se instalando nas áreas desmatadas.

No final dos anos 1970, as relações locais entre a indústria e a agropecuária fortaleceram-se, e a agroindústria, baseada na produção modernizada do setor primário, suplantou os ramos industriais articulados à extração de madeira. As principais atividades eram “abate de animais”, “fabricação de óleos vegetais” e “extração de madeira”.¹⁴ Ou seja, quase três décadas após o período mais intenso da ocupação territorial do Oeste paranaense a indústria regional continua focalizada na sua produção agropecuária e a malha industrial é pouco adensada, especializada na produção de alimentos.

¹⁴ Conforme documento da Secretaria da Indústria e Comércio - Programa de Desenvolvimento do Oeste do Paraná - PRODOPAR, os anos setenta foram de grandes mudanças na estrutura produtiva do Paraná. A indústria supera a agricultura na formação da renda estadual; a agricultura moderniza, rápida e profundamente, a base produtiva; o processo de migração é intenso. Em 1978, a participação do Oeste na economia estadual foi de 11,73%. A indústria local participou com 4,17% do VAF industrial do Estado (PARANÁ, 1981).



Em 2005, nesse espaço, 72,21% do VAF industrial total¹⁵ era gerado pela indústria de alimentos, fortemente concentrada na indústria de abate de animais, com 42,47% (tabela 6). Além disso, o segmento Fabricação de Produtos Alimentícios e Bebidas foi responsável por 2/3 do total da variação absoluta do valor adicionado industrial entre 2000 e 2005.

TABELA 6 - VALOR ADICIONADO FISCAL (VAF) DOS PRINCIPAIS SEGMENTOS E ATIVIDADES INDUSTRIAIS DO ESPAÇO - PARANÁ - 2000/2005

ATIVIDADE	VAF TOTAL 2000		VAF TOTAL 2005		VARIÇÃO	
	R\$	%	R\$	%	R\$	%
Fabricação de produtos alimentícios e bebidas	414 929 999	67,28	1 245 689 792	72,21	830.759.793	74,95
Abate e preparação de produtos de carne e de pescado	242 201 177	58,37	732 721 864	58,82	490.520.687	44,25
Processamento, preservação e produção de conservas de frutas, legumes e outros vegetais	2 371 673	0,57	21 130 016	1,70	18.758.343	1,69
Produção de óleos e gorduras vegetais e animais	21 827 437	5,26	57 892 053	4,65	36.064.616	3,25
Laticínios	26 488 072	6,38	54 514 589	4,38	28.026.517	2,53
Moagem, fabricação de produtos amiláceos e de rações balanceadas para animais	88 409 898	21,31	271 505 877	21,80	183.095.979	16,52
Fabricação e refino de açúcar	4 786	0,00	3 248	0,00	-1.538	0,00
Torrefação e moagem de café	783 480	0,19	2 265 278	0,18	1.481.798	0,13
Fabricação de outros produtos alimentícios	18 943 749	4,57	68 823 801	5,52	49.880.052	4,50
Fabricação de bebidas	13 899 727	3,35	36 833 066	2,96	22.933.339	2,07
Fabricação de produtos químicos	22 388 297	3,63	82 000 176	4,75	59.611.879	5,38
Fabricação de produtos químicos inorgânicos	14 773 132	65,99	24 831 566	30,28	10.058.434	0,91
Fabricação de produtos químicos orgânicos	1 124 610	5,02	151 521	0,18	-973.089	-0,09
Fabricação de resinas e elastômeros	172 001	0,77	0	0,00	-172.001	-0,02
Fabricação de fibras, fios, cabos e filamentos contínuos artificiais e sintéticos	18 339	0,08	105 207	0,13	86.868	0,01
Fabricação de produtos farmacêuticos	3 400 188	15,19	51 820 848	63,20	48.420.660	4,37
Fabricação de defensivos agrícolas	0	0	0	0	0	0,00
Fabricação de sabões, detergentes, produtos de limpeza e artigos de perfumaria	1 899 516	8,48	3 201 473	3,90	1.301.957	0,12
Fabricação de tintas, vernizes, esmaltes, lacas e produtos afins	112 958	0,50	393 247	0,48	280.289	0,03
Fabricação de produtos e preparados químicos diversos	887 553	3,96	1 496 314	1,82	608.761	0,05
Fabricação de móveis e indústrias diversas	26 037 451	4,22	52 806 720	3,06	26.769.269	2,41
Fabricação de artigos do mobiliário	24 370 785	93,60	46 818 905	88,66	22.448.120	2,03
Fabricação de produtos diversos	1 666 666	6,40	5 987 815	11,34	4.321.149	0,39
Outras 24 atividades	153 367 400	24,87	344 694 100	19,98	191.326.700	17,26
TOTAL do 3.º Espaço	616 723 147	100	1 725 190 788	100	1.108.467.641	100,00

FONTE: SEFA

NOTA: Dados trabalhados pelo IPARDES.

¹⁵ O cálculo do Valor Adicionado Fiscal não inclui as atividades de produção e geração de energia, inseridas no setor serviços.

Do ponto de vista locacional, a distribuição da indústria também pouco se altera. Toledo e Cascavel, desde o início do processo, mantêm a condição de municípios com maior grau de industrialização (mapa 3).

Planos de desenvolvimento recentes¹⁶ continuam apostando na agroindústria como estratégica para o desenvolvimento regional. Certamente, a produção agropecuária e agroindustrial deverão ser parte das alternativas de crescimento econômico local.

A indústria que se instalou no 3.º espaço, e o seu desenvolvimento posterior, refletem a forma como a economia paranaense em geral, e a sua indústria em particular, integraram-se na divisão social do trabalho, e a capacidade dessas economias, a estadual e a do 3.º espaço, em reforçar e/ou alterar a posição no contexto de uma economia integrada nacional e internacionalmente. Além disso, as condições de infra-estrutura e os apoios governamentais na atração de investimentos foram determinantes na concentração espacial da indústria paranaense, conforme se pode verificar com a criação da Cidade Industrial de Curitiba (CIC) e com a instalação da refinaria da Petrobrás em Araucária, no ano de 1977. Por outro lado, os atrativos locacionais do interior do Estado desde o início do processo de industrialização do Estado estão ligados, basicamente, à oferta de matérias-primas agropecuárias.

Em termos de alocação das maiores indústrias, em 2005, nos municípios do 3.º espaço de maior relevância do Paraná, havia 2.913 estabelecimentos industriais instalados, ou 11,23% do total do Estado, e eles foram responsáveis por 4,36% do VAF e por 10,30% do emprego industrial do Paraná. De imediato, destaca-se a desproporção entre as participações, principalmente, no VAF e no número de empregos, denotando que, no conjunto, o trabalhador da indústria do 3.º espaço tem produtividade duas vezes menor que a produtividade média do Estado.¹⁷ Isso pode decorrer do nível tecnológico, do tipo de atividade industrial ou da conjugação desses fatores, que ainda são influenciados pelo porte dos estabelecimentos.

¹⁶ Ver FUNDETEC (1998).

¹⁷ A relação entre o Valor Adicionado Fiscal e o número de empregos formais na indústria do total do Estado e do 3.º espaço mostra os seguintes valores: Estado, R\$ 79.867,00/unidade de emprego; 3.º espaço, R\$ 33.856,00/unidade de emprego.



São sete os segmentos industriais do 3.º espaço, que são relativamente representativos no nível estadual¹⁸ e, com exceção da “Fabricação de Produtos Alimentícios”, são segmentos com baixa participação no VAF total da indústria estadual, porém muito importantes no número de empresas e de empregos gerados. Juntos respondem por 52,91% do número de empregos (Alimentos e Bebidas, 24,97%) e 59,37% do número de estabelecimentos (Alimentos e Bebidas, 24,97%) e apenas 25,81% do VAF (Alimentos e Bebidas, 17,15%).

Ou seja, as indústrias do 3.º espaço com representatividade no contexto estadual de cada segmento ou atividade, segundo o critério adotado, correspondem àquelas tradicionais, com tecnologia disponível e disseminada e baixa produtividade do trabalho. Quanto ao porte dos estabelecimentos, predominam os pequenos e o nível de concorrência é alto e determinado por baixos salários. Conseqüentemente, a capacidade de puxarem um processo de crescimento também é reduzida.

Recuando no tempo, verifica-se que as atividades industriais do 3.º espaço, com representatividade em nível estadual, são basicamente as mesmas dos anos 1960 e 1970, quando se iniciou o processo de industrialização do Estado. As diferenças que se encontram estão nos percentuais de participação. O ponto em comum entre essas atividades industriais é a vinculação com a base de recursos naturais da região. E os documentos e estudos sobre possibilidades e oportunidades industriais das décadas de 1960 e 1970, que apontavam a agroindustrialização como estratégia de desenvolvimento industrial, foram reafirmados na década de 1990.

Do ponto de vista da geração de empregos, essa estratégia funcionou. Como exemplo, entre 1985 e 2005 a participação do 3.º espaço no número de empregos industriais formais do Estado se elevou de 5,88% para 10,23%. O nó da questão, que precisa ser investigado, está na produtividade desses empregos, pois na riqueza nova gerada (VAF) a participação da indústria regional se mantém ao redor dos 4% do total estadual - proporção fortemente influenciada pela concentração industrial na aglomeração

¹⁸ Consideramos representativas as atividades abertas a dois dígitos da Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE), com participação superior à média da participação do 3.º espaço na indústria estadual, que, em 2005, foi de 4,36%. São as seguintes atividades: “Fabricação de Produtos Alimentícios e Bebidas”; “Reciclagem”; “Preparação de Couros e Fabricação de Artefatos de Couros, Artigos de Viagem e Calçados”; “Confecção de Artigos do Vestuário e Acessórios”; “Fabricação de Produtos Têxteis”; “Fabricação de Móveis e Indústrias Diversas”; e “Fabricação de Produtos de Metal - Exclusive Máquinas e Equipamentos”.

metropolitana de Curitiba. Vale a pena repetir que, nessas circunstâncias, os salários tendem a ser baixos e mesmo a taxa de lucro pode ser insuficiente para financiar modernizações e ampliações da capacidade produtiva.

A análise da composição ou da malha industrial e os respectivos peso e representatividade dos segmentos e atividades internas dessa espacialidade mostram resultados diferentes daqueles obtidos com a comparação em relação ao Estado. Como foi visto anteriormente, sete segmentos do 3.º espaço eram representativos na comparação estadual, conforme o critério adotado. No entanto, na estrutura interna, em 2005, três segmentos somavam 80,02% do VAF industrial, 63,63% dos empregos e 34,65% dos estabelecimentos. Mas apenas Fabricação de Produtos Alimentícios e Bebidas respondeu por 72,21% do VAF, 54,53% do emprego e 18,81% dos estabelecimentos. O segundo segmento na geração de riqueza, Fabricação de Produtos Químicos, contribuiu com apenas 4,75% do VAF, 2,96% dos empregos e 2,31% dos estabelecimentos. O terceiro, Fabricação de Móveis e Indústrias Diversas, contribuiu com 3,06% do VAF, 6,14% do número de empregos e 13,53% do número de estabelecimentos. É importante notar que, entre 2000 e 2005, as duas primeiras atividades, com produtividade do trabalho superior à média do espaço, aumentaram a participação relativa, e que a terceira atividade, com produtividade inferior à média do espaço, perdeu participação.

Também espacialmente a indústria do 3.º espaço está concentrada. E assim como os segmentos e atividades predominantes se mantêm ao longo do tempo, em qualquer que seja a referência temporal, são os municípios de Cascavel e Toledo os responsáveis principais, na geração do VAF industrial. Em 2005, a participação desses dois municípios foi de 55,4%.

A dimensão espacial da concentração é reforçada pela dimensão empresarial. Em 2005, no 3.º espaço, estavam instalados 17 dos 300 maiores estabelecimentos industriais do Paraná, segundo o faturamento. Esses estabelecimentos foram responsáveis por 55,80% de todo o VAF industrial do 3.º espaço, num universo de 2.913 estabelecimentos (tabela 7). A localização dos maiores estabelecimentos é a seguinte: sete em Cascavel, três em Toledo, e os outros sete estabelecimentos se distribuem em sete municípios - Cafelândia, Marechal Cândido Rondon, Palotina, Medianeira, Matelândia, Céu Azul e Itaipulândia. Ou seja, a produção industrial, tanto da ótica espacial quanto do ponto de vista empresarial, está concentrada em nove dos 49 municípios do espaço, principalmente em Toledo e Cascavel (ver mapa 3).



TABELA 7 - PARTICIPAÇÃO DO VAF DOS 17 MAIORES ESTABELECIMENTOS DO 3.º ESPAÇO, NO VAF INDUSTRIAL DOS RESPECTIVOS MUNICÍPIOS - PARANÁ - 2005

MUNICÍPIO	N.º DE ESTABELECIMENTOS ENTRE OS 300 MAIORES	VAF INDUSTRIAL (1) (R\$)	VAF DOS MAIORES ESTABELECIMENTOS (2) (R\$)	(2)/(1)
Toledo	3	566.558.579	447.992.356	79,07
Cascavel	7	389.948.101	184.511.101	47,32
Cafelândia	1	125.915.145	117.202.440	93,08
Mal. Cândido Rondon	1	115.526.231	38.485.693	33,31
Medianeira	1	92.239.731	44.288.095	48,01
Matelândia	1	72.942.571	63.747.376	87,39
Palotina	1	47.521.463	27.027.123	56,87
Céu Azul	1	40.303.042	19.384.064	48,10
Itaipulândia	1	24.077.796	19.496.993	80,97
Subtotal	17	1.475.032.659	962.135.241	65,22
TOTAL do espaço	17	1.725.190.788	962.135.241	55,77

FONTE: SEFA

NOTA: Dados trabalhados pelo IPARDES.

Por segmento, os 17 estabelecimentos se dividiam em: Fabricação de Produtos Alimentícios e Bebidas, com 14 estabelecimentos; Fabricação de Produtos Químicos, 2 estabelecimentos; e Fabricação de Produtos de Metal - exclusive máquinas e equipamentos -, 1 estabelecimento. Um dos maiores estabelecimentos do 3.º espaço classifica-se entre os 10 maiores do Estado, e oito estabelecimentos estão entre os 100 maiores do Estado, de acordo com o faturamento de 2005.

Dos três principais segmentos industriais do 3.º espaço, Fabricação de Produtos Alimentícios e Bebidas apresentou geração média de R\$ 44.826,00/ano/unidade de emprego; Fabricação de Produtos Químicos, R\$ 54.449,00/ano; e Fabricação de Móveis e Indústria Diversa, R\$ 16.871,00.

No segmento de maior geração de riqueza (VAF) - Produtos Alimentícios e Bebidas - as atividades “Abate e preparação de produtos de carne e de pescado” e “Moagem, fabricação de produtos amiláceos e de rações balanceadas para animais” respondem por aproximadamente 80% do VAF do segmento e do número de empregos.

Utilizando-se o valor adicionado gerado por unidade de emprego formal (VAF/n.º emprego)¹⁹ como parâmetro indicativo do potencial de consumo e de investimentos, o que se observa é que, no maior segmento, a atividade “Abate” gera, relativamente,

¹⁹ Lembre-se que, na comparação com a média estadual, a indústria do 3.º espaço é, por esse indicador, menos produtiva.

pouco valor por unidade de emprego e as atividades mais produtivas perdem participação. A atividade Processamento, Preservação e Produção de Conservas de Frutas, Legumes e Outros Vegetais, apesar da baixa participação relativa, teve crescimento significativo entre 2000 e 2005 e apresenta VAF/emprego muito superior à média.

No segmento Fabricação de Produtos Químicos houve inversão na participação das duas principais atividades, decorrente do exponencial crescimento da Fabricação de Produtos Farmacêuticos. Esta atividade chama a atenção por ter alcançado o índice de crescimento cinco vezes superior à média da indústria do 3.º espaço.

O terceiro segmento mais importante do espaço, Fabricação de Móveis e Indústrias Diversas, perdeu participação entre 2000 e 2005, e a relação VAF/número de emprego é muito baixa, metade da média do espaço. Deve-se registrar também que Outros Segmentos Industriais - somatório de 24 diferentes segmentos industriais - perderam participação no total do Estado entre 2000 e 2005.

O ponto chave do desempenho industrial no 3.º espaço está na relação VAF/emprego. Portanto, algumas questões devem ser respondidas: seria possível aumentar o valor gerado por unidade de emprego? O que deve ser feito? Outra questão relevante a ser considerada está relacionada com a estrutura ou malha industrial do espaço. Diversificar ou aprofundar a especialização? É possível, do ponto de vista locacional, atrair novas atividades? As empresas e empresários locais possuem capacidade de investimento? O poder público deve apoiar a diversificação produtiva ou aprofundar a especialização? Tendo em vista esta questão, o que deveria propor uma Política Estadual de Desenvolvimento Regional para o Oeste paranaense? As ações do Parque Tecnológico Itaipu (PTI) podem ser o embrião para a atração de investimentos em atividades de maior conteúdo tecnológico?

No âmbito das relações comerciais, a indústria do 3.º espaço, entre 2000 e 2005, ampliou significativamente essas relações nas três escalas consideradas - Estado, Outros Estados e Exterior -, ampliação que superou as médias estaduais, que foram muito maiores que a variação dos preços.²⁰ Em decorrência, aumentou a participação do 3.º espaço na indústria estadual de 3,32%, em 2000, para 4,37%, em 2005, apesar da já citada menor produtividade do trabalho verificada na indústria do espaço.

²⁰ O índice do IGP-M no período de 01/2000 a 12/2005 foi de 1,8803966 (Banco Central do Brasil - BACEN).



A composição dos valores de Entrada e de Saída, por escala espacial, deixam evidente a importância do mercado estadual para a indústria do 3.º espaço (tabela 8). Mas foram as relações com o mercado exterior que tiveram as maiores variações percentuais, especialmente nas vendas - Valores de Saída -, expressando o aumento mundial da demanda por alimentos e a capacidade da indústria local em atender aos requisitos dessa demanda. Do lado das aquisições, o peso do mercado estadual reflete a predominância da indústria alimentar, que em geral organiza e controla o suprimento de matérias-primas no seu entorno espacial, como condição essencial da competitividade. Mas evidencia-se também uma tendência de crescimento das compras no mercado internacional.

TABELA 8 - VALORES DE ENTRADA E DE SAÍDA E FLUXO TOTAL DE COMÉRCIO DO SETOR INDUSTRIAL DO ESPAÇO - PARANÁ - 2000/2005

TIPO	2000		2005		VARIACÃO ABSOLUTA (R\$)	TAXA REAL DE CRESCIMENTO ANUAL (%)
	Valor (R\$)	Part. Total do Estado (%)	Valor (R\$)	Part. Total do Estado (%)		
Valores de Entrada	4.845.162.169	100,00	8.913.171.215	100,00	4.068.009.046	12,97
Estado	3.551.517.228	73,30	6.386.828.810	71,66	2.835.311.582	12,45
Outros Estados	1.165.080.031	24,05	2.242.723.485	25,16	1.077.643.454	13,99
Exterior	128.564.909	2,65	283.618.920	3,18	155.054.011	17,14
Valores de Saída	5.934.229.713	100,00	10.303.975.468	100,00	4.369.745.755	11,67
Estado	3.389.139.351	57,11	6.207.414.054	60,24	2.818.274.703	12,87
Outros Estados	2.212.347.458	37,28	3.124.420.275	30,32	912.072.817	7,15
Exterior	332.742.903	5,61	972.141.139	9,43	639.398.236	23,92
VAF	1.205.037.836		1.725.190.788		520.152.952	7,44
Fluxo de Comércio Total	10.779.391.882	100,00	19.217.146.683	100,00	8.437.754.801	12,26
Estado	6.940.656.580	64,39	12.594.242.864	65,54	5.653.586.284	12,66
Outros Estados	3.377.427.489	31,33	5.367.143.760	27,93	1.989.716.271	9,71
Exterior	461.307.813	4,28	1.255.760.059	6,53	794.452.246	22,18

FONTE: SEFA

NOTA: A preços constantes de 2005. Deflator utilizado: IPA-OG.

Uma comparação com os valores do Estado mostra as semelhanças de comportamento entre as duas escalas espaciais. Há diferenças na dimensão dos valores, mas não na posição das variáveis. A grande diferença está nas aquisições do Exterior. Enquanto no 3.º espaço as Entradas do Exterior tiveram o maior crescimento percentual do período, aumentando a participação da variável de 2,65% para 3,18%, no Estado houve acentuada redução da participação, caindo de 19,95% para 10,98% do valor das Entradas. Este é um bom indicador da internalização de segmentos industriais que adensam cadeias industriais do Paraná.

Da análise realizada até o momento, percebe-se que o 3.º espaço tem uma matriz industrial mais especializada, focada em poucas atividades ligadas a uma matriz industrial mais tradicional e menos intensiva em capital que outras atividades industriais. Além disso, é importante reiterar que a produtividade do trabalho das empresas do espaço são mais baixas que as empresas das mesmas atividades localizadas particularmente nos 1.º e 2.º espaços. Soma-se a isso o baixo nível de remuneração da força de trabalho da região, também abaixo da média do Estado.

EMPREGO FORMAL

A despeito do decréscimo da participação no VAF setorial do Estado, estudo dos dados referentes ao período 1985-2005 evidencia que o 3.º espaço praticamente dobrou os números de postos de trabalho formais no Setor Serviços, resultado de uma taxa de crescimento médio anual (3,49%) acima da média do Estado (2,92%). Somente no período 1990-1995 a média de novos postos de trabalho dessa espacialidade foi inferior à do Estado.

Mas, no 3.º espaço, o setor que definiu o perfil de geração do emprego total formal foi o industrial, mantendo, ao longo dos 20 anos, crescimento médio acima da média do Estado, atingindo o dobro do incremento do Estado. Enquanto o incremento do emprego industrial do Estado foi de 103,15%, no 3.º espaço o incremento foi de 250,88% (tabela 9).

TABELA 9 - INCREMENTO DO TOTAL DO EMPREGO FORMAL E PARA OS SETORES ECONÔMICOS INDÚSTRIA, COMÉRCIO, SERVIÇOS, SEGUNDO ESPACIALIDADES - PARANÁ - 1985-2005

ESPACIALIDADE	TOTAL		INDÚSTRIA		COMÉRCIO		SERVIÇOS	
	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%
1.º espaço	441.988	77,43	74.947	54,22	112.775	145,51	246.348	77,23
2.º espaço	210.385	104,76	74.377	162,30	53.186	133,69	73.078	76,82
3.º espaço	118.668	117,84	38.169	250,88	28.814	111,89	46.037	98,75
Espaço Especializado do Centro-Oriental	22.001	97,12	7.164	80,23	5.614	319,89	5.256	48,99
Noroeste	69.663	131,49	35.772	445,65	10.857	95,81	14.476	54,92
Sudoeste	41.736	121,15	13.821	139,65	10.542	125,14	12.734	87,45
Norte Pioneiro	25.424	67,65	8.994	137,84	5.393	80,23	7.771	44,35
Espaço Socialmente Crítico								
Centro do Estado	74.574	94,51	11.293	48,87	17.939	122,38	32.859	89,58
Vale do Ribeira	3.858	182,07	281	28,56	720	1411,76	2.270	211,75
Total do Estado	1.008.297	91,58	264.818	103,15	245.840	132,19	440.829	77,66

FONTE: MTE-RAIS

NOTA: Dados trabalhados pelo IPARDES.



De modo geral, o 3.º espaço reproduz os mesmos movimentos do mercado de trabalho observados em nível nacional e estadual, ou seja, a retração do emprego na década de 1990, as evoluções nas faixas de remuneração, o avanço de formas precárias de trabalho, entre outros. Da mesma forma, o espaço reflete internamente os resultados das dinâmicas setoriais. Por meio da análise da série histórica, e compatível com as análises anteriores do VAF, foi possível verificar que a concentração mais acentuada dos Serviços em um pequeno conjunto de municípios é fenômeno que se reproduz em todo o período. Ainda que todos os municípios registrem contratações no setor, especialmente no setor público municipal, a maior parte das repartições públicas estaduais²¹ e federais está localizada, com raras exceções, em municípios de maior porte no Estado. Somados a essa, o maior número e as maiores empresas particulares de Serviços estão situados também nesses municípios, geralmente dando suporte às atividades do setor industrial e agrícola, que neles também estão sediados.

Internamente à espacialidade, são três os municípios que concentram a maior parte dos postos de trabalho formais: Cascavel, Foz de Iguaçu e Toledo, nessa ordem, mas que se distribuem diferentemente de acordo com os setores da economia. Essa é uma situação verificada de 1985 a 2005. Em todo o período, somente mais dois municípios do espaço mantiveram participação igual ou maior que 0,25% do emprego formal total do Estado: Medianeira e Marechal Cândido Rondon (mapa 4). Outros, distribuídos pelo espaço, atingiram esse nível de participação em um ou mais momentos da série, especialmente Palotina, Cafelândia, Assis Chateaubriand e Guaíra. Chama a atenção o fato de todos eles estarem ligados ao eixo mais dinâmico do espaço, que segue de Cascavel em sentido a Marechal Cândido Rondon.

Cascavel desponta como município com a maior criação de postos de trabalho formais em todos os setores da economia, oferecendo, portanto, as maiores oportunidades de trabalho do espaço. Em 2005 concentrou 34,67% do emprego no comércio, 28,67% em serviços e 19,92% na indústria. No total do emprego da região, 29,14% encontra-se em Cascavel, que mantém uma taxa de crescimento médio anual de 4,20% no período

²¹ Observa-se que o registro na RAIS dos funcionários públicos estaduais vinculados à administração direta, todos eles com contrato formal de trabalho, é totalizado em Curitiba. Somente as autarquias regionais e instituições de ensino superior têm o registro de seus funcionários no município-sede. Este é um aspecto que deturpa a leitura espacial dos dados de emprego formal do Estado.

1985-2005, acima do obtido pelo espaço (3,97%). Essa participação se mantém ao longo do período, embora os maiores incrementos, acompanhando o desempenho nacional e estadual, tenham ocorrido no último quinquênio. Em termos absolutos, os setores com maiores volumes de emprego são Serviços, Comércio e Indústria, nessa ordem. Enquanto nos dois primeiros Cascavel manteve taxa de crescimento pouco superior à média do espaço, no setor industrial ficou abaixo (4,41% para o município e 6,48% para o 3.º espaço).

Foz do Iguaçu registrou, em 2005, 18,79% do emprego formal do 3.º espaço. Porém, com taxa de crescimento médio anual abaixo da média do espaço, vem perdendo participação ao longo dos anos, tendo atingido sua maior proporção entre 1985 e 1995, quando participava com mais de 23%. Em termos setoriais, sua menor participação ocorre na Indústria, registrando 3,76% de crescimento anual entre 1985 e 2005, praticamente a metade da taxa do espaço, que foi de 6,48% para o mesmo período. Em Serviços e Comércio sua taxa de crescimento ficou pouco acima da média estadual, mas é em Serviços que concentra a maior parte de sua força de trabalho formal, participação esta que se mantém ao longo do período, apesar de flutuações. Tal participação está diretamente relacionada à forte atividade turística.

Toledo ampliou sua participação no emprego do 3.º espaço, tendo mais que dobrado o número de postos de trabalho no período. Sua participação ficou em torno de 13% nos 20 anos estudados, apesar de flutuações, e obteve taxa de crescimento anual levemente acima da do espaço. Os maiores incrementos ocorreram no último quinquênio e houve pequena diminuição entre 1990 e 1995, em decorrência da perda de 1.378 postos de trabalho em Serviços e do baixo dinamismo dos demais setores nesse período.

É no setor industrial que Toledo desponta como município de maior dinamismo, registrando a maior participação no total do emprego do setor do espaço. Em 1985 acumulava 29,60% do emprego industrial do espaço, participação esta que foi ampliada em 1990, quando registrou 33,19%, declinando a partir de então para participações pouco acima de 26% em 1995 e 2000, atingindo 24,39% em 2005.

Chama-se a atenção para o fato de Foz do Iguaçu, Cascavel e Toledo (este em menor intensidade) perderem participação no emprego industrial do espaço, especialmente no último quinquênio. Registra-se que as taxas de crescimento anual dos três também ficaram abaixo da média do espaço. Ganham participação Cafelândia, Marechal Cândido Rondon, Matelândia e Palotina.



Contudo, é em Foz do Iguaçu que se têm os postos de trabalho mais bem pagos ao longo do período analisado. Em 2005, aproximadamente 38% de sua força de trabalho estava inserida nas faixas de remuneração acima de 10,01 salários mínimos (SM), mas com participação ainda maior em 1995, quando teve 52,42% de trabalhadores nessa faixa salarial. Por conseguinte, registrou em 2005, em relação ao total de trabalhadores do espaço, 63,11% da faixa de 10,01 a 20,00 SM e 90,88% da faixa acima de 20,01%.

Sobre a remuneração do trabalho, é importante assinalar que embora o 3.º espaço tenha melhorado muito sua participação no total do emprego do Estado, os novos postos de trabalho foram criados, na maioria, em faixas de remuneração mais baixas, ou seja, até 3 SM. Obviamente este foi também o comportamento de todo o Estado. Ocorre que no 3.º espaço a proporção foi maior. Ao longo do período analisado, essa espacialidade manteve participação maior que a média do Estado nas duas primeiras faixas²² (até 1 SM e de 1,01 a 3,00 SM) e participação menor nas faixas mais elevadas. Inclusive, de 1995 a 2000 houve perda absoluta de postos de trabalho na faixa de remuneração ‘mais de 20 SM’, sem recuperação até 2005.

Essas oscilações da força de trabalho, segundo faixas de remuneração, se devem às variações dos ganhos reais do salário mínimo, o que aconteceu em todo o território nacional. Todavia, há que se mencionar que no 3.º espaço, particularmente, a inserção da força de trabalho em faixas mais baixas de remuneração foi sempre maior que a média do Estado. Esse aspecto pode ser explicado pela matriz econômica presente no espaço e pela decomposição do dado de emprego por setor econômico, mas também pode estar revelando que a exploração do trabalho no espaço é maior, considerando-se a média do Estado.

Ainda assim, o volume do emprego gerado amplia a massa salarial da espacialidade, com capacidade de gerar impactos positivos nos indicadores sociais futuros, particularmente no IDH, o que poderá ser verificado com a publicação dos dados do próximo Censo Demográfico em 2010.

A análise setorial evidencia que no setor Comércio a maioria dos postos de trabalho estava inserida nas faixas salariais mais baixas, com participação superior à média do Estado em todo o período analisado, e participação inferior à média do Estado nas faixas de remuneração mais elevadas.

²² À exceção de 2005, quando ficou levemente abaixo da participação estadual na faixa de até 1 SM.

Na Indústria e Serviços ocorre uma modificação: em 1990, a força de trabalho com remuneração entre 3 e 5 SM mais que duplica, de modo que a participação dessa faixa no total do Estado se eleva para 25,44%, na Indústria, ficando mais que 5 pontos percentuais acima da média da faixa do Estado. Essa situação se mantém até 1995, com participação levemente menor (24,33%), mas ainda acima da média estadual. Neste ano, verifica-se também acentuada ampliação (mais de 4 vezes o número de empregos registrados em 1990) no número de empregos na faixa 'mais de 20,00 SM', equiparando o espaço à média estadual da faixa.

Contudo, em 2000 houve perda absoluta e relativa de empregos nas faixas de remuneração mais elevadas, e o espaço volta à situação verificada em 1985. De 1995 a 2000, o espaço amplia sua participação no emprego industrial do Estado em 3 pontos percentuais, e este crescimento ocorreu basicamente na faixa de 1,01 a 3,00 SM. Entre 2000 e 2005, o espaço aumenta ainda mais sua participação no emprego estadual da Indústria, atingindo 20,79% deste, e amplia a participação dos postos de trabalho nas faixas de menor remuneração: 84,92% dos empregos do espaço tinham remuneração até 3 SM em 2005. É importante lembrar que de 1985 a 2005 houve uma ampliação de 5,93% para 20,79% na participação do espaço no emprego estadual da Indústria.

No setor Serviços, a distribuição dos postos de trabalho por faixa de remuneração acompanha o observado no setor Comércio (participação mais elevada que a média do Estado nas faixas de remuneração mais baixas e menor participação em faixas mais elevadas), à exceção de 1990, quando ocorre ampliação importante de empregos na faixa de 3,01 a 5,00 SM, com o espaço ficando pouco acima da média do Estado nessa faixa. Contudo, a partir de 1995 a situação retorna ao observado no início do período e, em 2005, 67,85% da força de trabalho do espaço recebia até 3,00 SM.

Além dos aspectos apontados, cabem alguns destaques sobre o emprego formal. O primeiro é que as maiores taxas de crescimento anual ocorreram entre municípios de menor porte e com menor estoque de empregos em 1985. Esse aspecto evidencia a capacidade de municípios com menor influência econômica do espaço se inserirem na dinâmica econômica regional, aumentando a densidade econômica do espaço. Outro destaque é que esse ganho tem sido capitaneado fundamentalmente pelo Setor Industrial, adensando a estrutura produtiva regional e criando efeitos diretos e indiretos sobre os demais setores econômicos.



REDE DE CIDADES

A urbanização, acompanhando as fases de ocupação do território da porção Oeste, impulsionou a estruturação de uma rede de cidades que dá suporte à dinâmica produtiva regional. Essa rede articula um conjunto de 49 municípios, tendo como principais centros Foz do Iguaçu e Cascavel - únicos municípios do espaço com população urbana e total superior a 200 mil habitantes -, e Toledo, na classe subsequente, com mais de 100 mil habitantes, tendo atingido esse patamar apenas na Contagem da População de 2007. Estes concentram 56,7% da população total do espaço. Do restante da população, as maiores proporções encontram-se em municípios com população entre 10 mil e 50 mil habitantes e 4,01% encontra-se em municípios com menos de 5 mil habitantes, que têm em Iguatu o extremo inferior, com 2.286 habitantes.

Cascavel pode ser considerado pólo regional, estrategicamente situado no acesso às fronteiras internacionais, comandando um subsistema urbano com vínculos muito estreitos ao principal pólo do Estado, Curitiba. Destaca-se pelo desempenho de funções de alta e média complexidades para o atendimento das demandas regionais. Sua localização geográfica e a extensão da área de influência de sua centralidade atribuem-lhe a condição de articular em sua rede de centros, além de cidades da própria mesorregião e de mesorregiões vizinhas, centros do Estado de Mato Grosso do Sul, compartilhando sua influência com Dourados (MOURA e WERNECK, 2001). Cascavel reúne mais cinco municípios no que foi apontado como uma aglomeração descontínua (IPARDES, 2000). Reolon (2007) confirma a aglomeração e estende-a a um recorte ainda maior, apontando a bipolarização pelos núcleos Cascavel e Toledo, e o espaço aglomerado com os municípios de Corbélia, Ouro Verde do Oeste e Santa Tereza do Oeste - espaço denominado pelo autor como “aglomeração urbana da soja”.



Reolon (2007, p. 88) resgata de estudos anteriores que Cascavel e os demais municípios da região, até os anos 1970, mantinham fortes relações com Ponta Grossa, tanto para a aquisição de bens e serviços produzidos como para destino da produção agropecuária excedente, particularmente suínos, comercializados nos frigoríficos dessa cidade. A pavimentação da BR 277 fez de Curitiba o centro de referência para esses municípios e efetivou a possibilidade de acesso direto aos mercados do sudeste e à exportação. Segundo Peris (2002), Cascavel polarizava a distribuição de bens para a construção da usina, o que fez fortalecer o eixo Cascavel/Foz do Iguaçu.

Foz do Iguaçu participa de um fluxo de relações urbanas internacionais, destacando-se pelo acúmulo das funções comerciais e de serviços, intensificadas pela presença do comércio fronteiriço e de um dos mais importantes pólos turísticos nacionais. Conta com um aeroporto internacional e uma estrutura hoteleira de nível internacional, e beneficia-se pela posição fronteiriça, que lhe assegura a possibilidade do desempenho de funções importantes nas relações internacionais, estreitando vínculos do Paraná com os países vizinhos.

Esse centro integra-se em uma espacialidade internacional (considerada em detalhe na seqüência do trabalho), desenvolvendo estreitas relações com as cidades vizinhas de Puerto Iguazu, na Argentina, e Ciudad del Este, no Paraguai. A considerar o movimento entre todos os municípios que compõem essa aglomeração - além de Foz do Iguaçu e Santa Terezinha de Itaipu, Ciudad del Este, Minga Guazu, Presidente Franco e Hernandarias, do lado paraguaio, e Puerto Iguazu, do lado argentino -, esse fluxo suplanta o convergente para Cascavel.

As duas aglomerações identificadas formam o que IPARDES (2005; 2006b; 2006c) aponta como “pontas de eixos”, tendo Cascavel como “vértice” de vetores de dinamismo da região, de onde partem/convergem “eixos” com atividades relacionadas/articuladas na direção de Foz do Iguaçu e Marechal Cândido Rondon para Palotina ou Guaíra. Estudos anteriores já anotavam a existência de um eixo, de Cascavel a Marechal Cândido Rondon (IPARDES, 2000), ou dois eixos (PERIS, 2003; PERIS; BRAGA, 2003), sendo que um deles se estende ao longo da rodovia BR 467, entre as cidades de Cascavel e Guaíra, passando por Toledo, Maripá, Palotina e Terra Roxa, e outro, também polarizado por Cascavel, que acompanha um trecho da BR 277, entre Cascavel e Foz do Iguaçu.

Entendendo um eixo como uma extensão com articulação entre os elos menores situados entre as pontas principais, pode-se indagar se efetivamente existem um ou dois eixos, e se Cascavel se encontra numa posição de “vértice”. Tal indagação decorre

de que a natureza principal das relações estabelecidas a partir de Foz do Iguaçu com seu entorno é pouco extensiva aos municípios ao longo da BR 277, que une esse município a Cascavel, acenando para a importância de estudos mais aprofundados sobre a hipótese de sua condição de “enclave”. A confirmar um estado de relações mais verticais que horizontais a partir de Foz do Iguaçu, o que se teria, de fato, seria a existência efetiva de apenas um eixo, o que se coloca entre Cascavel e Guaíra.

Estudos complementares também serão necessários para identificar os papéis específicos, complementares ou articulados, desempenhados pelo núcleo da espacialidade bipolarizada por Cascavel e Toledo, assim como quanto à efetividade de se apontar Foz do Iguaçu como pólo da aglomeração transfronteiriça, dado que são poucas as informações obtidas sobre as demais cidades que a compõem.

A mobilidade entre os municípios dessas aglomerações e eixos fica patente com os dados do movimento pendular da população.²³ A espacialização dos fluxos dos movimentos pendulares reforça o desenho das aglomerações e eixos identificados no 3.º espaço. Os fluxos se densificam no entorno de Cascavel/Toledo, particularmente entre esses dois municípios, e de Foz do Iguaçu, neste caso transcendendo a fronteira nacional. São também expressivos entre os municípios localizados nos eixos Cascavel/Marechal Cândido Rondon e ao longo da BR 277, em direção a Foz do Iguaçu.

Esse movimento dá destaque a Foz do Iguaçu como o município com o mais elevado número de pessoas envolvidas no movimento pendular, considerando origem e destino: 16.195 pessoas se deslocam no município para trabalho e/ou estudo, sendo que 80% (12.900) corresponde a saídas majoritariamente para o Paraguai e 20% (3.295) corresponde a entradas em grande parte vindas de Santa Terezinha de Itaipu (1.518 pessoas).²⁴ Cabe observar que, com essa fonte de informações, Foz do Iguaçu tem seus fluxos limitados apenas a pessoas procedentes de municípios brasileiros, o que não revela seu papel receptor de população estrangeira.

²³ Considera fluxos de entrada e saída de pessoas, para trabalho e/ou estudo em município que não o de residência, entre os municípios brasileiros ou com outros países, neste caso sem a possibilidade de medir as entradas.

²⁴ No âmbito dos movimentos internacionais, segundo Deschamps et al. (2007), o Paraná concentra quase um terço dos movimentos com destino para outros países, seguido por São Paulo e Rio Grande do Sul. Desenvolve um total de 16.125 fluxos, dos quais 81,7% destinados a países da América do Sul, majoritariamente ao Paraguai (77,6% do total para outros países), seguido da Argentina (2,9%). A origem desses movimentos está concentrada na Mesorregião Oeste, que responde por 79,2% do total de fluxos e por 95,8% dos relativos à América do Sul (neste caso, 12.447 de um total de 13.174 pessoas). Destas, 10.440 deixam Foz do Iguaçu com destino ao Paraguai.



Cascavel, com aproximadamente a metade do fluxo observado em Foz do Iguaçu, é o segundo município em movimentação pendular na mesorregião, com o fluxo de 8.577 pessoas. Apresenta um perfil diferenciado, ou seja, mais recebe (5.238) do que envia (3.338). Toledo, o terceiro município quanto ao total de fluxos, tem entradas e saídas mais equilibradas, respectivamente 1.859 e 1.749 pessoas. São estes três municípios que recebem fluxos do maior número de municípios: Cascavel recebe de 167 municípios, Foz do Iguaçu de 92, e Toledo de 69.

A movimentação ocorre exatamente entre os municípios das aglomerações e eixos, e as posições de receptores e evasores reforçam as principais centralidades da rede urbana regional e distinguem municípios nos quais alguma atividade econômica funciona na atração de trabalhadores: os municípios que mais recebem fluxos do movimento pendular. Além do tamanho do fluxo, é importante considerar sua proporção em relação à população do município que trabalha e/ou estuda. Os casos mais expressivos correspondem a muitos dos municípios que se inserem nas aglomerações urbanas e entre aqueles que sobressaem pelo exercício de uma atividade atrativa, casos de Nova Aurora, Nova Santa Rosa, Cafelândia, entre outros.

Os fluxos pendulares são importantes na identificação dos processos de expansão territorial de centros e de aglomerações urbanas, bem como tornam-se insumo fundamental para a formulação de políticas intermunicipais, especialmente nas aglomerações urbanas, relacionadas à realização de funções públicas de interesse comum e para orientar mecanismos de gestão, particularmente no que se refere às políticas de habitação, de transporte e de oferta de serviços públicos.

SERVIÇOS E COMÉRCIO

A rede de cidades conforma e se reforça na rede de atividades do comércio e serviços, e na localização da infra-estrutura científico-tecnológica da região. As atividades do setor de Comércio e Serviços apresentam uma dinâmica muito intensa e formam um elo importante na cadeia produtiva unindo a produção e o consumo. O crescimento do setor está associado tanto aos processos de urbanização e de constituição da estrutura industrial, particularmente no caso dos Serviços, quanto à função de incorporação da mão-de-obra excedente, não absorvida pelas atividades industriais.

Esses têm sido os setores da economia que mais postos de trabalho, formais e informais, têm criado ao longo dos últimos anos: entre 1985 e 2005, 63% dos empregos formais criados no 3.º espaço referiam-se aos setores do Comércio e Serviços, predominantemente constituídos por micro, pequenas e médias empresas. São também setores com contribuição fundamental na composição da renda da espacialidade.

No entanto, a análise setorial encontra algumas limitações quanto às fontes disponíveis, que não captam a dinâmica das atividades. Por um lado, os dados do valor adicionado fiscal não captam a totalidade das atividades serviços, a maior parte delas executadas por instituições públicas; por outro, esses dados sofrem as restrições de, em alguns casos, contabilizar informações a partir de estabelecimentos sediados em município diferente do de referência local da pesquisa. Destaca-se, ainda, a alta informalidade nesse setor, também não capturada por essa fonte de dados. Outras fontes de informações, como a Pesquisa Anual dos Serviços, do IBGE, não realizam uma agregação do dado no nível municipal, dificultando também a análise espacializada.

As informações sobre mercado de trabalho também não abrangem a totalidade dos empregos, já que a pesquisa anual realizada pela RAIS restringe-se ao mercado formal, reiterando a existência de elevada participação do trabalhador informal. Ademais, seus dados também nem sempre traduzem atividades efetivamente sediadas no lugar, que podem ser computadas a partir de estabelecimentos alocados em outros municípios, como é o caso dos empregos formais da administração pública direta, que são contabilizados, no caso do Paraná, somente na capital, dificultando dimensionar a totalidade dos empregos das descentralizações e regionais do Estado. Além disso, o Censo Demográfico, que traz o total dos ocupados (trabalhadores formais e informais), teve sua última coleta em 2000, dificultando a comparação com os demais indicadores de economia e mercado de trabalho, para os quais já se dispõe de dados mais atualizados.

Por conseguinte, para oferecer um panorama desses setores na espacialidade e sua relação com o total setorial no Estado, optou-se pelo uso das fontes mais atualizadas disponíveis, no caso a RAIS e o valor adicionado fiscal, que, apesar dos limites apontados, permitem identificar as atividades e os municípios em que há maior dinamismo econômico.

Os setores Comércio e Serviços têm contribuição fundamental na composição do VAF total do espaço. No período 1997/2005, esses setores se mantiveram como aqueles com



maior participação no VAF setorial do Estado, estando acima de 10%, o primeiro, e entre 3% e 7%, o segundo (tabela 10). Mesmo assim, o saldo dessa participação ao longo desses anos foi negativo para ambos, com redução de -1,2 ponto percentual. A Indústria, embora com representatividade menor na participação do 3.º espaço no VAF do setor no Paraná, é que manifesta sinais de ascensão, elevando-se de 4,2%, em 1997, para 4,4%, em 2005.

TABELA 10 - PARTICIPAÇÃO DOS SETORES NO VALOR ADICIONADO SETORIAL DO ESTADO - 3.º ESPAÇO - 1997/2005

SETOR	1997	2000	2003	2005
Indústria	4,249	3,323	4,087	4,364
Serviços	6,885	3,848	5,018	5,695
Comércio	11,225	10,122	12,443	10,014

FONTE: SEFA

NOTA: Dados trabalhados pelo IPARDES.

Como pólo de comércio e serviços da intensa atividade agroindustrial que se desenvolve na região, Cascavel coloca-se como o município com a maior contribuição para o VAF estadual entre os municípios do 3.º espaço: gerou perto de 1,9% do total dos Serviços e 3,6% do total do Comércio no Paraná em 2005. Foz do Iguaçu vem na seqüência, apresentando índices superiores a 1% nos Serviços e a 2% no Comércio. Os demais municípios da espacialidade têm participação inferior a 1% no total estadual desses setores.

No ano de 2005, as atividades ligadas ao setor do comércio no 3.º espaço geraram 10% do VAF do Estado do Paraná. Internamente ao espaço, a maior parte dos municípios apresentou índices inferiores a 1% em relação ao total da espacialidade. Guaíra, Santa Helena, Santa Terezinha de Itaipu, Corbélia e Ubiratã alcançaram índices mais altos que a maioria dos municípios, mas inferiores a 2% do total do 3.º espaço. No patamar entre 2% e 5% colocam-se os municípios de Assis Chateaubriand, Marechal Cândido Rondon, Medianeira, Palotina e São Miguel do Iguaçu. Com participação de 9,4%, destaca-se Toledo no VAF total do Comércio do espaço, superado apenas pelos 20,6% alcançados por Foz do Iguaçu e 35,9% de Cascavel, que lidera o *ranking*.

A análise do VAF do setor Serviços no ano de 2005 revela que o 3.º espaço contribuiu com 5,7% do total do setor no Estado do Paraná. No entanto, alguns segmentos tiveram participação muito maior, como foi o caso dos Serviços Prestados Principalmente às Empresas, com 20,3% de participação no Estado.

Há que se destacar que alguns segmentos desses setores da economia caracterizam-se pela incorporação de força de trabalho com mais escolaridade e, conseqüentemente, maior remuneração. Esse é um aspecto essencial para o

desenvolvimento do espaço, não somente porque significa maior potencial de consumo regional, mas também porque estrutura regionalmente empresas mais complexas de serviços de suporte à base produtiva. Disso se pode depreender que o espaço tem conseguido adensar uma rede de empresas voltadas às características regionais, internalizando a capacidade de solução de problemas e de potencialização da capacidade produtiva, seja pela melhoria dos processos e produtos do setor Serviços, seja pelas relações comerciais que são igualmente implementadas pelas atividades de Serviços. Concentra-se em Cascavel 92,3% do VAF desse segmento na região, corroborando sua condição de pólo de fomento e desenvolvimento das atividades ligadas à agroindústria. Também no segmento Atividades de informática e conexas Cascavel detém a maior participação da região, 61,3%, seguido por Foz do Iguaçu, com 28,6%.

A análise do comportamento dos setores Comércio e Serviços ao longo do período 1997/2005 aponta para oscilações na participação do 3.º espaço em relação ao total do Estado. Nos Serviços, o 3.º espaço é o que sofre a maior perda de pontos percentuais nesse intervalo, entre as espacialidades paranaenses, registrando a redução drástica de uma participação de 6,9%, em 1997, para 3,8%, em 2000, recuperando-se a partir de então e atingindo 5,7% em 2005. No Comércio, apesar de constatada redução de participação nesse intervalo, o espaço teve a menor participação no total do Paraná em 2005, quando alcançou 10%. Ressalta-se que essas perdas de participação se devem a um reposicionamento das atividades no conjunto do Estado, com aumento da concentração desses setores em municípios do 1.º espaço, não implicando, contudo, perdas nos valores absolutos considerados nos municípios do 3.º espaço.

Os municípios de maior porte populacional foram os que sofreram as maiores perdas de participação nos totais do Estado, particularmente no caso do Comércio, no qual Foz do Iguaçu, com decréscimo de 0,6 ponto percentual, lidera um conjunto que inclui Cascavel, Marechal Cândido Rondon e Palotina, todos com mais de 0,2 pontos de redução de participação. No caso dos Serviços, Palotina detém a maior redução, de 0,2 ponto percentual, seguido de Toledo, Medianeira e Foz do Iguaçu. Cascavel surpreende com elevação de participação no total dos Serviços do Estado, mesmo assim de apenas 0,1 ponto percentual, o maior ganho entre os municípios do 3.º espaço.

Esse comportamento se faz refletir na participação do 3.º espaço no VAF total do Estado, que decresce de 14,8%, em 1996, quando alcançou praticamente os mesmos índices que o 2.º espaço relevante, para 9,4% em 2005. Mas, ambos foram gradativamente



superados pela crescente participação do 1.º espaço, que, no ano de 2005, já era responsável por 65,1% do VAF total do Paraná. Ou seja, o aumento da concentração econômica do setor Serviços é visível ano a ano.

INFRA-ESTRUTURA TÉCNICO-CIENTÍFICA

Acompanhando a distribuição da atividade econômica, do emprego, e reforçando a rede de cidades, no Paraná, a infra-estrutura técnico-científica - aqui entendida como institutos e fundações de pesquisa, desenvolvimento e tecnologia, incubadoras e parques tecnológicos, e instituições de ensino superior - encontra-se alocada majoritariamente nos centros regionais e sub-regionais, o que evidencia que sua distribuição acompanha a trajetória da dinâmica econômica e populacional. Tal convergência reforça essa rede como irradiadora das dinâmicas socioeconômicas e institucionais, destacando aqueles municípios que apresentam maior atratividade para a população e para atividades produtivas, particularmente aquelas com maior teor tecnológico, reforçando ainda mais a concentração econômica e institucional dos espaços.

Embora a estruturação de um aparato institucional de apoio ao desenvolvimento industrial, científico e tecnológico tenha se iniciado no Paraná em final da década de 1960 e início da década de 1970, acompanhando o salto no desenvolvimento industrial do Estado, no Oeste do Estado, somente nos anos 1990 surgem as primeiras incubadoras tecnológicas, em Foz do Iguaçu e Cascavel, e em 1996, impulsionado pela agroindústria, surge o primeiro parque tecnológico do Paraná, o Parque Agroindustrial de Cascavel. Em 1999, são criados em Toledo um parque industrial e uma incubadora, também industrial (mapa 5). Ao longo da década de 1980 e de 1990 ampliou-se o número de instituições de ensino superior, com a implantação de universidades estaduais, como a Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE), com sede em Cascavel. Nos anos 2000 surgiu a maioria das incubadoras do Estado, fortalecendo centros regionais, entre eles os de Cascavel e Foz do Iguaçu, e sub-regionais como Toledo e Medianeira. A infra-estrutura técnico-científica dessa porção do Paraná foi fortalecida, ainda nesse período, com a criação de um parque tecnológico em Foz do Iguaçu.

Essa infra-estrutura, acrescida das agências de desenvolvimento e cooperativas²⁵, está distribuída em 15 municípios do 3.º espaço: Assis Chateaubriand, Cafelândia,

²⁵ Para efeitos desta análise, as cooperativas agropecuárias foram incluídas na infra-estrutura científico-tecnológica devido ao papel de transmissoras de novas técnicas e de novos processos produtivos aos seus associados.

Cascavel, Céu Azul, Foz do Iguaçu, Guaíra, Marechal Cândido Rondon, Matelândia, Medianeira, Palotina, Santa Helena, Santa Terezinha de Itaipu, São Miguel do Iguaçu, Toledo e Ubiratã. Os municípios com a maior concentração da estrutura técnico-científica, nesse espaço, são Cascavel (20), Foz do Iguaçu (15), Toledo (14), Medianeira (9) e Palotina (7), seguidos de Marechal Cândido Rondon (6) e Assis Chateaubriand (5).

A estrutura criada no 3.º espaço ampara principalmente a atividade agroindustrial, predominante na espacialidade, que possui, em 11 destes municípios, agroindústrias cooperativadas dedicando-se ao abate de suínos, bovinos e outras reses, abate e processamento de aves, preparação de carnes, sistema integrado de produção (ração-granjas-abatedouros), produção de óleos e gorduras vegetais, produção de trigo, laticínios e leite e processamento de mandioca.

Da mesma forma, o desenvolvimento da pesquisa e tecnologia no âmbito das instituições de ensino superior (IEs), entre universidades, faculdades e centros de educação tecnológica, públicas e privadas, concentra-se em sua maior parte em Foz do Iguaçu, Cascavel e Toledo (59,4%). Em 2007, são trinta e dois *campi* e extensões ofertando diversos cursos direcionados ao atendimento da demanda dos setores industriais e de serviços mobilizados pelas cadeias produtivas agropecuárias (IPARDES, 2005).

Mais recentemente, a região transfronteiriça foi escolhida pelo governo federal para abrigar a futura Universidade Latino-Americana (UNILA), instituição federal que deverá reservar 50% das suas vagas a estudantes provenientes dos demais países da América Latina. O seu corpo docente também deverá contar com 50% de professores visitantes. Sua missão institucional será contribuir para o desenvolvimento e a integração regional.

As informações sobre as instituições de pesquisa e de ensino superior existentes no 3.º espaço sinalizam parcerias entre si e com o setor público e privado. Ao que tudo indica, o aparato institucional, propício para o desenvolvimento de pesquisa e tecnologia, que apóia a base produtiva da região, já se encontra estruturado, com algumas instituições desempenhando o papel de protagonistas no desenvolvimento regional de C&T.

Além da infra-estrutura técnico-científica, é importante ressaltar a importância da Associação dos Municípios do Oeste do Paraná (AMOP) e do Conselho de Desenvolvimento dos Municípios Lindeiros ao Lago de Itaipu, como instituições que buscam promover o desenvolvimento integrado da região Oeste como um todo e dos municípios lindeiros em particular.

A AMOP, no ano de 2000, desenvolveu um Plano de Desenvolvimento Regional para a Região Oeste do Paraná, revisado em 2007 (AMOP, 2007). Para esta tarefa, contou



com o apoio de IEs e de várias associações da região, da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano (SEDU), além da cooperação da Coordenação da Microrregião de Cascavel e Foz do Iguaçu.²⁶ O referido plano reforça a especialização regional, agrícola e agroindustrial, com a consolidação do agropólo Oeste, por meio da comercialização e transformação de produtos agrícolas. Propõe, também, a consolidação da região como pólo turístico e a integração com o MERCOSUL.

As ações do Conselho de Desenvolvimento dos Municípios Lindeiros ao Lago de Itaipu, que surgiu diante da necessidade de uma organização que defendesse especificamente os interesses dessa região ribeirinha, voltam-se para a educação ambiental e turismo regional.

Itaipu, pela sua grandiosidade, geração de renda e ações que desempenha no âmbito intrínseco de sua atuação e em relação ao meio no qual se instala, também merece abordagem destacada (ITAIPU, 2008). A empresa desenvolve programas sobre diferentes temas, tais como os programas de Incentivo à Equidade de Gênero; Rede Cidadã de Alfabetização; Proteção a Crianças e Adolescentes; Saúde na Fronteira; Programa Energia Solidária; Programa Bolsa-Escola e Agricultura Solidária. Na área de Turismo, os programas da empresa voltam-se a auxiliar as prefeituras municipais no desenvolvimento de um planejamento para o setor.

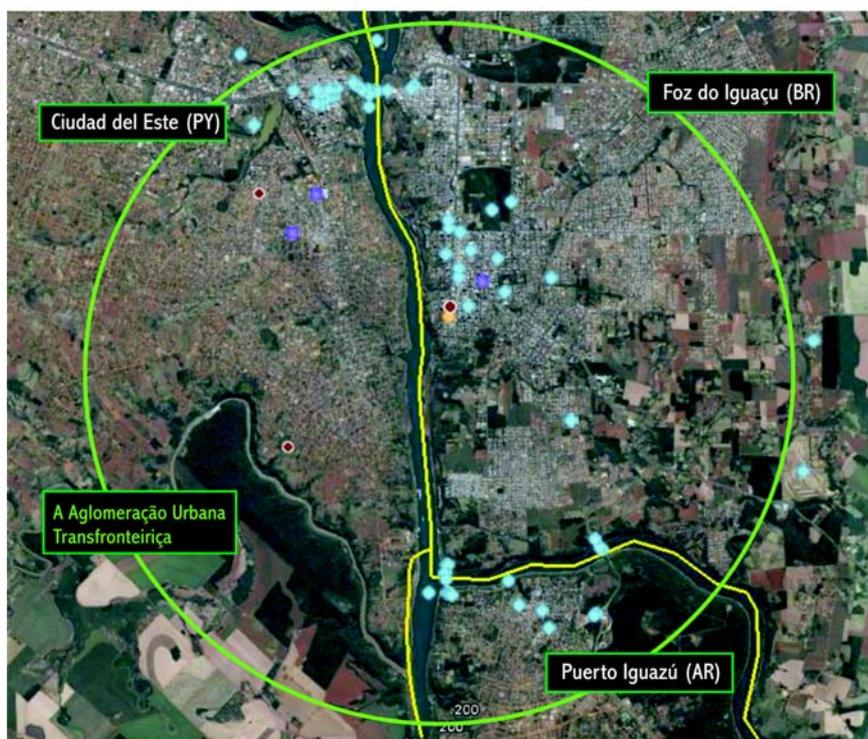
Na área ambiental, as ações se voltam para a gestão por bacias, educação ambiental e biodiversidade. Tal atuação, antes limitada à porção lindeira ao seu reservatório, passou a considerar toda a Bacia do Paraná III (BP III), numa área que compreende o território de 29 municípios. Alguns programas se destacam nessa atuação ambiental, como aqueles dirigidos aos catadores de material reciclável, fortalecendo a coleta seletiva, com foco na inclusão social; aos pequenos agricultores, estimulando o plantio de orgânicos; aos pescadores, fortalecendo colônias e associações de pesca, ajudando a criar fontes alternativas que incrementem e garantam a sua renda. Ademais, há o estímulo ao uso e preparação de plantas medicinais, além de um programa, em parceria com outras instituições, que trata de viabilizar a geração de energia com biogás obtido de processos de tratamento dos resíduos orgânicos produzidos por agroindústrias, criadores de animais e empresas de saneamento.

²⁶ No âmbito da Coordenadoria das Regiões Metropolitanas, Microrregiões e Conselhos das Cidades, da SEDU, foram institucionalizadas coordenações das Regiões Metropolitanas de Maringá e de Londrina e das microrregiões de Cascavel, Foz do Iguaçu e Litoral.

AGLOMERAÇÃO TRANSFRONTEIRIÇA

Zona de interseção entre as cidades de Foz do Iguaçu (Brasil), Ciudad del Este (Paraguay) e Puerto Iguazú (Argentina) - figura 1 -, a aglomeração em foco se assenta em um espaço transfronteiriço, heterogêneo, diverso e assimétrico, sendo ponto de passagem, destino e partida dos mais variados fluxos de pessoas e mercadorias. Os rios Paraná e Iguaçu constituem a fronteira física entre os países, sem criar obstáculos às intensas relações econômico-sociais, tampouco ao desempenho de papéis específicos dessas cidades, que compõem um espaço ocupado em continuidade.

FIGURA 1 - AGLOMERAÇÃO TRANSFRONTEIRIÇA



FONTE: GOOGLE EARTH



Alguns elementos de importância substancial se assentam na área: as Cataratas do Iguçu, dentro do Parque Nacional do Iguçu; a Hidrelétrica de Itaipu; o Aquífero Guarani, assim como uma diversidade étnica e cultural e uma intensa movimentação comercial, notadamente em Ciudad del Este, repercutindo nos diversos segmentos do comércio varejista formal e principalmente informal do Brasil.

As obras da construção da hidrelétrica de Itaipu, bem como as pontes Internacional da Amizade (Brasil/Paraguai) e Tancredo Neves (Brasil/Argentina), não só contribuíram para um crescimento populacional do lado brasileiro, como, em escala diferenciada, repercutiram no lado paraguaio e argentino. Com maior peso em Foz do Iguçu e Ciudad del Este, este adensamento humano intensificou também o rol de atividades do setor terciário e sua importância relativa perante outras aglomerações urbanas de seus respectivos países.²⁷

Da mesma forma que nos anos 1970 o município de Foz do Iguçu apresentou elevado crescimento populacional e do grau de urbanização, Ciudad del Este reproduz crescimento similar. Dados da Dirección General de Estadísticas, Encuestas y Censos (DGEEC), do Paraguai, apontam que, em 1972, a municipalidade tinha 26.485 habitantes, que se elevam para 62.328, em 1982, revelando também intenso ritmo de crescimento, que prossegue levando a uma população total, em 2005, de 260.594 habitantes. A municipalidade de Puerto Iguazú foi também impactada pelas obras, mesmo que a Argentina não tenha feito parte do acordo binacional. Sua população triplicou após 1970, quando detinha 3.001 habitantes, para 10.250, em 1980, e 31.515 habitantes em 2001, conforme dados do Instituto Nacional de Estadística y Censos (INDEC), da Argentina.

Há que se considerar ainda que, além dessa crescente população fixa, são intensos os fluxos de pessoas para trabalho e/ou estudo em município que não o de residência, incluindo destinos nos dois países vizinhos. É também crescente o volume de população flutuante que tem acesso à região em busca de turismo, do comércio e de outras atividades, cuja condição de passagem provoca demandas particulares e distintas aos poderes locais.

²⁷ A ausência de informações compatíveis em termos metodológicos de coleta e de intervalos estatísticos vem prejudicando dimensionar esse crescimento, bem como colocar a aglomeração num parâmetro de comparabilidade com outras aglomerações urbanas.

Nessa dinâmica, a heterogeneidade étnica e cultural, geralmente presente numa porção fronteira, assume uma amplitude ainda mais notável. Além de ponto de interseção entre três países, culturalmente distintos, um intenso movimento migratório se processou atraído pelas oportunidades econômicas e da construção civil, ampliando a diversidade de origens e a complexidade de relações, particularmente de âmbito identitário. A diversidade cultural dos moradores natos, com forte presença indígena, particularmente no Paraguai, adquiriu ainda maior relevância pela presença de imigrantes internacionais de origens menos comuns nas demais cidades dos respectivos países, como árabes, chineses, coreanos. É populosa a colônia árabe instalada a partir dos anos 1960 em Foz do Iguaçu (a segunda maior do Brasil) e em Ciudad del Este, constituindo-se majoritariamente de libaneses, além de sírios, egípcios, palestinos e jordanianos. É também notável a presença de chineses e sul-coreanos, estes tendo chegado mais recentemente. A principal vinculação destes migrantes com a região está na atividade comercial.

Foz do Iguaçu se beneficia dessa condição, atribuída a Ciudad del Este, que funciona como uma movimentada área de comércio de “importados”, em grande parte informal, e que por vezes tensiona as relações bilaterais, particularmente no caso do Brasil/Paraguai. Porém, de modo geral, dinamiza as relações comerciais locais.

Por muitos anos, o símbolo dessa região transfronteira eram os marcos das Três Fronteiras: obeliscos situados em pontos dos territórios, de onde se pode avistar porções dos três países, assim como a confluência dos rios Paraná e Iguaçu. Ícone de um período de entrelaçamento de relações amistosas, esses marcos deixaram de ser objeto de visita obrigatória. A própria expressão que os denomina - Três Fronteiras - aos poucos foi sendo substituída por “tríplice fronteira”. Se, em princípio, essa mudança aparenta ser uma simples recorrência à sinonímia, estudos demonstram que, buscando suas origens, percebe-se que ela decorre de uma sutil, lenta e elaborada construção simbólica, provavelmente menos ligada à concepção dos moradores da região sobre ela mesma e mais afeta a uma construção exógena, introjetada no imaginário local.

Rabossi (2004) e Montenegro e Gimenez Béliveau (2006) exploram essa construção do imaginário coletivo, no processo de produção social do espaço em torno da ideia da tríplice fronteira, como uma ação deliberada recente, situada ao final dos anos 1990, associada à suspeita da presença de terroristas islâmicos na região. Em janeiro de 1998 é assinado o “Plano de Segurança para a Tríplice Fronteira”, que cria comissões e ações



específicas para a área. Para Montenegro e Gimenez Béliveau (2006), a região se converteu em uma metáfora dos espaços sob a ameaça imprevisível do “terrorismo global”, bastante explorada pela imprensa nacional e internacional, sob um discurso jornalístico que a relaciona a um espaço transnacional que escapa aos controles estatais.

Também no âmbito de construções simbólicas, boletins de ocorrência indicam todo o tipo de contravenção e pirataria nesse espaço transfronteiriço. A porosidade da fronteira atrai por sua “suposta” inimputabilidade, significando a liberdade e/ou a clandestinidade para quem dela necessita. Tal porosidade faz com que as relações passem da inércia ou *amistad* para situações de conflito, desencadeando, por vezes, intervenções militarizadas, exigindo que a gestão do espaço passe necessariamente pelo amplo diálogo entre as partes envolvidas, bem como pela criatividade na elaboração de propostas alternativas para o enfrentamento do limite entre o legal e o ilegal.

A gestão de aglomerações urbanas por si só é um processo de difícil articulação, dado que estas se constituem em cidades localizadas sobre muitas unidades político-administrativas autônomas. Daí, um grande desafio a romper é de ordem escalar. No Brasil, a grande maioria das aglomerações urbanas enfrenta as dificuldades criadas pela autonomia municipal, por fragmentar decisões que deveriam ser tomadas em uníssono. Em algumas, maiores dificuldades resultam ainda da sobreposição de outras escalas de autonomia às já existentes, como a dos estados federados e a dos países, com legislações distintas e políticas macroeconômicas também distintas, como ocorre nas aglomerações transfronteiriças. Nelas, o fenômeno urbano, o espaço econômico e os aspectos culturais, por mais que possuam similaridades, sofrem a limitação de barreiras políticas, financeiras e legais no fluxo de pessoas e mercadorias, acentuando as diferenças nos traços das várias identidades.

A dinâmica transfronteiriça de Foz do Iguaçu, Puerto Iguazú e Ciudad del Este exige que se discuta a viabilidade da integração do planejamento e gestão, posto que a presença física dos limites territoriais encontra-se cada vez mais intermitente: desaparece em relação ao fato urbano, persistindo apenas pela imposição político-administrativa.

A integração que ocorre de fato em aglomerações transfronteiriças resulta dos diferentes usos realizados pelos diversos agentes que atuam nesse espaço, de forma pontual e mais dirigida àqueles que dispõem de recursos para adquirir os serviços, usufruir de determinada função ou ter acesso à infra-estrutura urbana. Se, por um lado,

necessidades geram integrações pontuais, situações emergenciais também contribuem para que serviços e infra-estruturas das três cidades sejam apropriados indistintamente. Serviços públicos especializados em saúde, por exemplo, a despeito de suas limitações, são usados muitas vezes independentemente do país de origem do paciente.

Assim, definitivamente o que mais conforma a integração - e aí é que essa porção transfronteiriça se distingue de outras aglomerações urbanas - são as oportunidades apropriadas, não importando o lado da fronteira em que são ofertadas. Oscilações cambiais ativam ou revertem as direções do fluxo de consumo e de negócios; a conjuntura de preços favorece ou desfavorece determinados produtos; as alterações de mercado beneficiam ou privam o consumidor, fortalecem o negócio ou impõem o redirecionamento das atividades, às vezes implicando mudança de território; políticas nacionais trabalhistas com maior ou menor rigidez tornam os mercados de trabalho ora mais ora menos atraentes, e fazem com que os trabalhadores enfrentem maior mobilidade.

Conscientes ou inconscientes da integração, as populações residentes e flutuantes cruzam as fronteiras e formatam, igualmente, uma integração efêmera. As relações cotidianas estabelecem pactos menos instáveis, ainda que informais, de cooperação e parcerias, não propriamente entre os países mas entre os atores que continuamente perpassam as três fronteiras.

No sentido inverso, outra questão pendente é reverter a condição de enclave da aglomeração transfronteiriça em relação aos espaços regionais onde se insere nos respectivos países; ou seja, efetivar vínculos entre as atividades desenvolvidas por ela e suas porções vizinhas, buscando alavancar economias de aglomeração no conjunto todo.

A ausência de qualquer tipo de instituição regional, trinacional ou no âmbito dos países faz com que a tomada de decisões seja fragmentada e que não se formulem estratégias que priorizem ações para o desenvolvimento do território. O caminho a enfrentar passa necessariamente por pactos ou contratos de cooperação específicos a partir de objetivos comuns, mediante uma articulação política entre o comando central desses países (esfera federal), complementada pelas esferas dos estados e municípios, porém totalmente pautada no amplo conhecimento da realidade local e na aceitação e participação dos agentes locais.



ROYALTIES

Em novembro de 1982, a partir do represamento do Rio Paraná, decorrente da Usina Hidrelétrica de Itaipu, ao longo da faixa de 170 quilômetros submersos, entre Foz do Iguaçu e Guaíra, 8.519 propriedades urbanas e rurais foram alagadas na margem brasileira, e, os proprietários, indenizados. No Brasil, os principais atingidos pelo alagamento de terras para a formação do reservatório são 15 municípios paranaenses²⁸ e o próprio Estado do Paraná, além do município Mundo Novo, em Mato Grosso do Sul.

A partir de maio de 1985, conforme o Anexo C do Tratado de Itaipu, assinado em 30 de agosto de 1973, a Itaipu Binacional passou a compensar financeiramente os governos brasileiro e paraguaio, assim como estados e municípios diretamente atingidos. O repasse mensal desses *royalties*, relativos à utilização do potencial hidráulico do Rio Paraná para a produção de energia elétrica em Itaipu, é proporcional à extensão de áreas submersas pelo lago e o cálculo do valor a ser pago pela Itaipu Binacional varia conforme a geração total de energia no mês.

De acordo com a Lei dos *Royalties*, a partir de janeiro de 1991 a distribuição da compensação financeira passou a ser feita entre Estados, Municípios e a União, da seguinte forma: 45% aos Estados, 45% aos Municípios e 10% para órgãos federais (Ministério do Meio Ambiente, Ministério de Minas e Energia e Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico).

Da parcela reservada a Estados e Municípios, 85% do valor repassado é pago a unidades federativas diretamente afetadas pelo reservatório da Usina. Os 15% restantes são distribuídos entre Estados e Municípios afetados por reservatórios a montante da Usina, que contribuem para o incremento de energia nela produzida.

O repasse de *royalties*, no dia 29 de fevereiro de 2008, feito ao Governo do Paraná e aos 15 municípios paranaenses que fazem divisa com o reservatório da Itaipu, foi equivalente a US\$ 5,76 milhões (tabela 11 e mapa 6).

²⁸ Santa Helena, Foz do Iguaçu, Itaipulândia, Diamante D'Oeste, Entre Rios do Oeste, Guaíra, Marechal Cândido Rondon, Medianeira, Mercedes, Missal, Pato Bragado, São José das Palmeiras, São Miguel do Iguaçu, Santa Terezinha de Itaipu e Terra Roxa.

TABELA 11 - REPASSE DE ROYALTIES, SEGUNDO MUNICÍPIOS LINDEIROS AO LAGO DE ITAIPU - PARANÁ - 2008

MUNICÍPIO	REPASSE ATUAL (em US\$ mil)	ACUMULADO (em US\$ milhão)
Santa Helena	732,2	249,6
Foz do Iguaçu	560,3	191,0
Itaipulândia	498,9	157,6
São Miguel do Iguaçu	252,4	98,5
Marechal Cândido Rondon	155,6	59,9
Guaíra	141,6	48,2
Pato Bragado	130,7	41,2
Santa Terezinha de Itaipu	116,3	39,6
Missal	111,2	37,9
Entre Rios do Oeste	91,3	28,8
Mercedes	53,6	16,9
Diamante do Oeste	15,6	5,3
São José das Palmeiras	5,4	1,8
Terra Roxa	4,4	1,4
Medianeira	3,2	1
TOTAL	2.872,7	978,7

FORNTE: ITAIPU

Diante do volume de recursos recebidos por esses municípios, ao longo desses anos,²⁹ percebe-se a importância do impacto que os *royalties* exercem na sua capacidade financeira em atender às pressões para oferta de serviços públicos de caráter social e de infra-estrutura urbana. Ao mesmo tempo, identifica-se que os municípios paranaenses, lindeiros ao lago de Itaipu, e que recebem *royalties*, em pouco se diferenciam dos demais municípios do 3.º espaço.

A análise dos dados dos balanços municipais, disponibilizados pela Secretaria do Tesouro Nacional, mostra que ao longo do período 1997/2006 a participação da receita total do conjunto dos municípios lindeiros no total da receita do 3.º espaço não sofreu grandes alterações, oscilando em torno de 55%. Da mesma forma, a participação do 3.º espaço no total da receita do Estado oscilou entre 12,84% e 14,77%.

Para o conjunto dos municípios lindeiros, verifica-se que o principal componente das receitas vincula-se às receitas de transferências correntes, que correspondem às receitas obtidas por meio de transferências realizadas, aos municípios, pela União e pelos Estados, fundamentalmente relativas ao Fundo de Participação dos Municípios -

²⁹ No Brasil, até 11 de janeiro de 1991, o Tesouro Nacional recebeu inteiramente os *royalties* da Itaipu, mas com a entrada em vigor da Lei dos *Royalties* a sua distribuição passou a ser feita entre Estados, Municípios e a União. O repasse de *royalties*, no dia 29 de fevereiro de 2008, feito ao Governo do Paraná e aos 15 municípios paranaenses que fazem divisa com o reservatório da Itaipu, foi equivalente a US\$ 5,76 milhões.



FPM (federal), Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS e Imposto sobre Propriedade de Veículos Automotores - IPVA (ambos estaduais) (BRASIL, 2007). A participação dessas receitas, no total da receita do grupo de municípios lindeiros, oscilou de 55% a 60%. Observa-se que o comportamento das finanças dos municípios lindeiros, em relação às receitas de transferências correntes, revela que, tanto em 1997 como em 2001, em quatro municípios essas transferências significavam mais de 83% da receita total de cada município. Em todos os períodos, o ICMS é o principal componente das transferências.

Quanto aos *royalties*, cujas informações dos valores recebidos foram disponibilizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), em 1997 eles representavam 32,27% da receita total do conjunto dos municípios lindeiros; em 2001, 38,14%; e em 2006, 23,73%. Em 1997, em alguns municípios os *royalties* foram responsáveis por mais de 50% da receita - como em Itaipulândia (82,26%), Santa Helena (75,92%), Pato Bragado (57,81%) e São Miguel do Iguaçu (56,62%). Esses municípios tiveram as maiores áreas alagadas por Itaipu, juntamente com Foz Iguaçu, Marechal Cândido Rondon e Guaira. Em 2001, somam-se aos municípios com mais de 50% dos *royalties* na composição da receita dois municípios - Entre Rios do Oeste (60,52%) e Missal (53%). Já em 2006, os municípios nessa condição são apenas três: Santa Helena (67,38%), Itaipulândia (73,75%) e Pato Bragado (51,90%).

Verifica-se que o grupo de municípios lindeiros possui uma receita *per capita* maior que a do total dos municípios do 3.º espaço, e maior, também, que a do Estado - R\$ 1.230,22, R\$ 1.088,98 e R\$ 1.048,40, respectivamente. Cinco municípios lindeiros - Itaipulândia, Entre Rios do Oeste, Pato Bragado, Santa Helena e Mercedes - possuem as maiores receitas *per capita* da porção Oeste do Estado. Percebe-se que, no conjunto dos municípios lindeiros, os maiores valores encontram-se em municípios com população de até 20 mil habitantes e com os menores PIBs do 3.º espaço. Diante disso, sinaliza-se para a importância dos *royalties* na composição das receitas destes municípios.

Destaca-se que o Decreto Federal n.º 1 de 11.01.1991, a lei dos *royalties*, proíbe que os municípios recebedores dessas compensações financeiras venham a gastá-las em pagamentos de dívidas (por exemplo, precatórios) e com pessoal (recursos humanos), o que aumenta a possibilidade de que os municípios beneficiados apliquem esses recursos em rubricas relativas a funções sociais.

Entre 1997 e 2006, o conjunto dos 15 municípios lindeiros, que agrega 43,9% da população do 3.º espaço, assim como 47,3% do PIB e 48,7% da receita, foi responsável por mais da metade do total das despesas desse espaço. A análise de estrutura das despesas segundo funções, enfocando os gastos sociais, mostra que as despesas com Educação e Cultura ficaram, no período estudado, em torno de 23%, e as despesas com Saúde e Saneamento ficaram entre 11% e 19%. O conjunto dos municípios lindeiros alocou em torno de 11% de seus recursos em despesas com Habitação e Urbanismo, e de 4% a 6% em Assistência e Previdência.

Pode-se dizer que essas despesas significam uma melhoria nas condições sociais da população desses municípios, o que se traduz em melhores índices do IDH-M dos municípios lindeiros: dos 15 municípios desse grupo, sete deles apresentaram IDH-M acima da média do Estado (0,787); entre eles, seis se encontravam entre os 10% que apresentaram os melhores índices do Paraná. Os oito municípios restantes apresentaram IDH-M abaixo da média do Estado, apesar de os índices serem maiores do que aqueles apresentados em 2000, variando de 0,709 (Diamante do Oeste) a 0,779 (São Miguel do Iguçu), ou seja, todos muito próximos do índice médio do Estado. Em relação aos indicadores sociais, verifica-se que todos os municípios lindeiros apresentaram uma melhora de 1991 para 2000. Houve uma queda significativa da taxa de mortalidade infantil nesses municípios, com destaque para Entre Rios do Oeste - que passou de 28,45 óbitos por mil nascidos vivos, em 1991, para 6,49 em 2000 - e Pato Bragado, que em 1991 tinha uma taxa de 28,45, reduzindo ainda mais o número de óbitos em 2000, para 9,7. Quanto ao percentual de pessoas com renda *per capita* abaixo de 1/2 salário mínimo, Entre Rios do Oeste, Marechal Cândido Rondon, Medianeira, Mercedes e Pato Bragado apresentaram uma queda acentuada no número de pessoas nessas condições.

Porém, destaca-se a ausência de uma contabilidade específica sobre a utilização dos recursos advindos dos *royalties*, que permita avaliar as relações entre a receita por eles gerada e sua utilização na promoção do desenvolvimento local/regional.



TURISMO

O turismo tem papel fundamental na dinâmica econômica e social do 3.º espaço relevante. Tem havido grandes desdobramentos dos investimentos e das políticas públicas voltadas para o desenvolvimento das atividades ligadas ao turismo, especialmente no que concerne à geração de empregos, à melhoria da infra-estrutura de modo geral e à qualificação do trabalhador.

Para os anos de 2000 a 2005, as informações revelam importantes transformações. A primeira delas diz respeito à melhoria do nível de escolaridade da força de trabalho ocupada nas atividades vinculadas ao turismo, diretamente relacionada ao incremento de escolas de nível profissionalizante, médio e superior que qualificaram profissionais para a atividade. Outra, é o notável aumento do número de estabelecimentos de serviços em alguns segmentos e em alguns municípios mais que em outros. Esses fatores agregados resultaram em maior oferta de postos de trabalho e na melhoria do atendimento nos serviços turísticos (tabela 12).

TABELA 12 - NÚMERO DE EMPREGOS FORMAIS NA ATIVIDADE TURISMO, SEGUNDO SEGMENTOS E MUNICÍPIOS SELECIONADOS DO 3.º ESPAÇO - PARANÁ - 2000/2005

LOCALIDADE	EMPREGOS NO TURISMO - TOTAL	ESTABELEC. HOTELEIROS E OUTROS TIPOS DE ALOJAMENTO TEMPORÁRIO	RESTAURANTES E OUTROS ESTABELECIMENTOS DE SERVIÇOS DE ALIMENTAÇÃO	TRANSPORTE RODOVIÁRIO DE PASSAGEIROS REGULAR NÃO-URBANO	TRANSPORTE AÉREO REGULAR E NÃO-REGULAR	ATIVIDADES DE AGÊNCIAS DE VIAGENS E ORGANIZAÇÃO DE VIAGEM	ALUGUEL DE AUTOMÓVEIS	ATIVIDADES RECREATIVAS, CULTURAIS E DESPORTIVAS
Paraná								
2000	77.243	13.461	33.321	10.400	560	1.999	1.118	16.384
2005	95.750	13.456	49.523	10.676	708	2.629	802	17.956
Oeste								
2000	11.238	3.835	3.217	1.800	136	471	36	1.743
2005	13.717	4.184	4.770	1.647	147	680	49	2.240
Cascavel								
2000	3.043	355	1.035	1.122		26	3	502
2005	3.560	453	1.268	1.086		46	14	693
Foz do Iguaçu								
2000	6.248	3.140	1.541	300	130	394	26	717
2005	7.372	3.371	2.106	268	141	551	32	903
Guaira								
2000	120	40	44	19	-	2	-	15
2005	152	22	87	14	-	7	-	22
Mal. Cândido Rondon								
2000	197	32	73	11	-	7	-	74
2005	298	34	126	38	-	20	-	80
Toledo								
2000	394	96	153	22	1	4	5	113
2005	815	113	474	43	1	8	3	173

FONTE: MTE

NOTA: Dados trabalhados pelo IPARDES.

No Estado do Paraná, a oferta de postos de trabalho nos diferentes segmentos da economia atrelados ao turismo ocorreu de maneira heterogênea entre segmentos, regiões e municípios durante o período analisado. Ainda assim, a atividade na região está claramente focada em três áreas que serão aqui identificadas a partir dos municípios que centralizam as dinâmicas produtivas do turismo: Cascavel, os lindeiros ao lago de Itaipu e Foz do Iguaçu, sendo este último o segundo destino turístico mais visitado no Brasil.

Em Foz do Iguaçu são ofertados 80% dos empregos da rede hoteleira do 3.º espaço e 25% do total dos postos de trabalho no segmento no Paraná. O principal atrativo de Foz do Iguaçu é o Parque Nacional do Iguaçu (PNI), reconhecido pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) como “Patrimônio Natural da Humanidade” no ano de 1986. A área do PNI corresponde a mais da metade dos 3,4% restantes da Floresta Estacional Semidecidual original no Estado do Paraná e abriga várias espécies da fauna e flora raras e ameaçadas de extinção (D’OLIVEIRA; BURSZTYN; BADIN, 2002). Outro atrativo é o Complexo Turístico Itaipu, cujo número total de visitantes cresceu 32,8% entre 2000 e 2005. Além da própria usina, o Refúgio Biológico Bela Vista, o Ecomuseu, o Mirante Central e a Iluminação Monumental fazem parte do complexo.

Mais da metade dos visitantes a Foz do Iguaçu é atraída pelo lazer, ou, como generalizado, “turismo”. Eventos, negócios e compras, neste caso facilitadas pela proximidade à zona de livre comércio de Ciudad del Este, responderam por pouco mais de 20% dos visitantes. Entre os cinco anos analisados houve crescimento considerável no número de turistas que viajam para Foz do Iguaçu com a família (36,3%, em 2000, para 50,3% em 2005); o carro tem se tornado o meio mais utilizado de transporte, em detrimento do ônibus e do avião; a média de renda do turista também tem se alterado para níveis inferiores; e registrou-se aumento do número de viagens não organizadas por agências. Esses novos dados que se apresentaram podem estar sinalizando a conformação de um novo público de turistas nacionais que, no curto prazo, pode vir a demandar produtos e serviços convencionais e impulsionar a economia local, especialmente no entorno central da cidade.

O município de Cascavel, pólo do agronegócio regional, vem se destacando no cenário estadual e trazendo para o município pessoas interessadas em conhecer suas empresas, propriedades agrícolas e processos produtivos (54,5% em 2006), particularmente devido à presença de um ativo organizacional voltado ao ensino, à pesquisa e ao desenvolvimento científico e tecnológico construído em torno do agronegócio.



As informações levantadas na pesquisa apontam para um perfil um tanto homogêneo dos turistas, o que leva a crer que sejam, em sua maioria, um público freqüentador regular dos serviços e da infra-estrutura urbana municipal.

Nos municípios lindeiros ao Lago de Itapu houve expressiva melhoria na qualidade de boa parte dos itens de infra-estrutura, refletindo o investimento na atividade turística da região, especialmente voltada ao público do Estado e do próprio Oeste que compõe a maioria dos turistas. Informações levantadas no ano de 2005 revelam um quadro de predominância de um público familiarizado com o destino turístico, e que tende, com o passar do tempo, a desenvolver dinâmicas econômicas e socioculturais particulares com a comunidade receptora.

O turismo *de sol e praia* da Costa Oeste é um dos maiores atrativos, e cada vez mais cresce o turismo ecológico alavancado pela criação do Parque Nacional de Ilha Grande. Há também o agroturismo, grupos de tradição germânica que oferecem refeições típicas e apresentação de dança folclórica, museus de história, as ruínas das missões jesuítas e, ainda, uma reserva indígena com 458 moradores. Na Reserva Indígena da Tribo Avá-Guarani o artesanato é representado pela confecção da “Árvore da Vida” - considerada o artesanato oficial do município de São Miguel do Iguazu -, que demonstra a luta dos animais pela vida durante a formação do Lago de Itaipu.

Por sua peculiaridade, a atividade turística demanda planejamento capaz de estreitar a interação entre os setores público e privado. Além disso, o patrimônio histórico e arquitetônico, equipamentos e espaços de lazer visitados pelos turistas devem estar incluídos na rotina dos habitantes locais e serem primordialmente freqüentados pelos moradores, pois é justamente essa relação de cumplicidade que, de fato, confere valor e autenticidade ao atrativo, atribuindo-lhe sentido e identificando-o à cultura local.

As análises referentes ao 3.º espaço, compreendido em sua inserção na dinâmica socioeconômica e institucional paranaense, revelam um recorte espacial que se urbaniza rapidamente e se insere na economia capitalista, a partir de relações e da consolidação de uma base produtiva que constitui uma economia regional. Percebe-se, nas informações analisadas, um nível de homogeneidade na produção, com alguns municípios assumindo a liderança do processo produtivo, e uma clara complementaridade funcional, particularmente entre Cascavel/Toledo, que polarizam as atividades regionais.

Nessas análises, alguns processos sobressaíram como determinantes das configurações socioterritoriais evidenciadas. Processos que ao mesmo tempo se contrapõem e se complementam, e que interagem na dimensão espaço-temporal, sintetizando-se em transformação e permanência.

Para compreender o desempenho da economia do 3.º espaço, a perspectiva temporal é indispensável, dada a rapidez ou o curto espaço de tempo em que as transformações se processaram. Objetivamente, tendo como referência as variáveis população e produção, a ocupação mais efetiva do espaço principia nos anos 1950. Em curto intervalo de tempo, a sociedade passa de rural para urbana, de agrícola para industrial, de voltada a atividades primárias para as de comércio e serviços.

Essa dinâmica regional se insere num processo econômico nacional que viveu um ciclo de crescimento desde 1950 até meados de 1970, incluindo o “milagre econômico”, passando depois por um declínio das taxas de crescimento até chegar às crises dos anos 1980 e 1990, as “décadas perdidas”. No 3.º espaço, entre 1950 e 1980, mesmo com a intensidade e rapidez das modificações, em essência, a base econômica se mantém pautada nos mesmos recursos.

A ocupação, como geralmente acontece, se inicia ligada à exploração dos recursos naturais, exploração da floresta, seguida pelo cultivo das terras. Foi assim no 3.º espaço,



e a indústria que se estabelece, desde o início, está vinculada direta ou indiretamente à produção e transformação de produtos e insumos voltados à produção agropecuária, ou seja, com manutenção da estrutura produtiva ao longo do tempo. Nos dias atuais, a descrição dos elementos estruturantes da economia do espaço passa, necessariamente, por esses mesmos pontos.

Então, o que mudou?

Na agricultura, a produção se tecnificou, se especializou, tornou-se empresarial. A produção voltada ao mercado interno, paulatina e crescentemente, voltou-se ao mercado internacional. A produção de soja, milho, aves e suínos, leite e derivados compõe uma cadeia produtiva de proteínas animais - este, o mais importante produto regional.

A indústria, acompanha e, em alguns casos, comanda esse processo. Enquanto setor, a indústria também se especializou, como demonstra a importância do segmento alimentos na composição do valor adicionado setorial da indústria do 3.º espaço.

Considerando a evolução da economia nacional, desde 1950, as transformações da economia paranaense e a concentração econômica e da indústria na aglomeração metropolitana de Curitiba, observa-se que ocorre, como contrapartida, a redução da participação relativa dos espaços econômicos nas distintas espacialidades paranaenses. No entanto, pode-se dizer que o 3.º espaço soube aproveitar suas condições existentes - os recursos naturais - para construir uma estrutura produtiva capaz de assegurar sua participação relativa estável na economia estadual, com rápida articulação ao mercado internacional, repetindo a articulação histórica dos vínculos externos já nas fases de exploração da erva-mate.

Essa força é, por assim dizer, também sua fraqueza. Fraqueza que não decorre da especialização em si, mas do fato de que as atividades industriais mais importantes têm baixa produtividade do trabalho. E isso decorre das condições inerentes da produção, e não do nível tecnológico. As indústrias da carne, por exemplo, instaladas no 3.º espaço, são atualizadas tecnologicamente e também em termos gerenciais. A participação no mercado internacional atesta isso. Ocorre que etapas importantes do processo de produção são inteiramente manuais. Como resultado, a relação VAF/pessoa empregada é baixa em comparação com outras atividades industriais. Assim, enquanto a indústria do 3.º espaço participa com pouco mais de 4% do VAF industrial estadual, a participação no emprego industrial atinge 12%.

O mercado de trabalho segue, assim, a mesma trajetória, com aumento da oferta de empregos ao longo do período, mas com baixa remuneração em relação a outras espacialidades e presa a uma estrutura que pouco se modifica.

Essas particularidades e o desempenho da economia no período considerado consolidam o que se pode apontar como uma economia regional. Cascavel/Toledo funcionam como uma forte polaridade, constituindo um eixo dinâmico de centros que inclui Marechal Cândido Rondon, Palotina, estendendo-se até Guaíra.

Ao longo da BR 277, outro eixo identificado, parte de Cascavel em direção a Foz do Iguaçu, também decorrente desse processo produtivo articulado. Porém Foz do Iguaçu tem uma contribuição bastante peculiar à base econômica da região. Fundamentalmente no que se refere à criação de vínculos com a estrutura produtiva, sua inserção na divisão social do trabalho também se dá a partir de recursos naturais, porém, sob outra perspectiva, pautando-se na geração de energia e na atividade do turismo, associando elementos naturais ao comércio intensificado pela sua condição de fronteira. Porém, a despeito das afirmações quanto à importância do turismo como propulsor de dinâmicas urbanas e da forte presença do setor Serviços, particularmente em Foz do Iguaçu, em que pese a existência de dados, estes são de difícil comparabilidade e não permitem avaliar o efetivo papel dessa atividade no desenvolvimento da espacialidade como um todo.

Outros municípios que sobressaem ao longo da BR 277 por uma dinâmica populacional mais expressiva, como Medianeira, apresentam uma contribuição à geração de riquezas também ligada aos Serviços, muitos decorrentes dos fluxos fronteiriços, em maior proporção que em atividades da base produtiva agropecuária.

Nas principais centralidades se instalam os ativos científico-tecnológicos da espacialidade, deixando evidentes os vínculos existentes entre as instituições de ensino superior e as de pesquisa e desenvolvimento e os municípios mais relevantes no desempenho econômico, assim como quanto ao conteúdo de suas agendas de produção e pesquisa e sua associação com a base produtiva regional. Observa-se, em proposições de instituições da região, uma explícita intenção em se consolidar tais vínculos, assim como a base produtiva regional, dado que a organização institucional e política busca reforçar e ampliar os recursos existentes.



A mesma estabilidade econômica se verifica em termos populacionais, com a manutenção dos níveis de participação no total da população do Estado pouco se alterando, num momento em que muitas espacialidades sofreram perdas populacionais relevantes. Indicadores sociais também mostram condições mais favoráveis em relação a outras espacialidades paranaenses, porém, sem motivos para euforia, já que os indicadores sociais do Paraná se colocam ainda em níveis inferiores quando comparados aos dos demais estados sulinos. Mesmo assim, cumpre apontar que o social, nas áreas rurais do 3.º espaço, apresenta condições de menor criticidade que em áreas de periferias urbanas. Particularmente Foz do Iguaçu, que concentra déficits em volumes expressivos, além de se sujeitar a problemas das mais complexas ordens, amplificados em sua condição fronteiriça: caso do tráfico de drogas, contrabando, entre outros crimes que se esvaem na transposição dos limites político-administrativos do País.

Neste aspecto, deve-se dar ênfase à importância da aglomeração transfronteiriça de Foz do Iguaçu/Cidade do Leste e Porto Iguaçu, constituindo uma ocupação contínua e fortemente articulada entre três países, atingindo um porte e uma dinâmica econômica e de relações internacionais que a aproximam das grandes aglomerações urbanas nacionais. Tal aglomeração serve de entrada/saída a fluxos diversos, conectando-se verticalmente ao Estado e respectivos países, sem reforçar vínculos, ao menos no caso brasileiro, com a própria espacialidade, funcionando como um enclave de fronteira. É a condição fronteiriça que tem mais peso na qualificação urbana e na densificação populacional de Foz do Iguaçu, sendo responsável pela permanência e continuidade do crescimento exacerbado que aconteceu com a construção da Usina de Itaipu.

As características particulares, associadas à multiplicidade de processos, fluxos e ordens escalares, tornam evidente a complexidade da gestão desse espaço, que transcende o âmbito local, o regional e mesmo o estadual, implicando uma articulação de difícil formatação, tendo em conta os instrumentos existentes.

Uma estratégia de desenvolvimento regional deve contemplar todos esses aspectos. Precisa considerar tanto a força quanto a fraqueza da atual estrutura produtiva, avaliando até que ponto a especialização é um problema. Afinal, que outras atividades poderiam ser atraídas para a região? Nesse sentido, vislumbra-se a possibilidade de ampliação das funções da Itaipu como fator de desenvolvimento. Atualmente, a linha de projetos regionais desenvolvidos pela empresa está majoritariamente voltada à sua

sustentação. A ampliação da agenda da empresa de modo a incorporar projetos voltados à constituição de um pólo de desenvolvimento de tecnologias relacionado a atividades ligadas à produção e geração de energia, buscando suprir as demandas por produtos e conhecimento, não só atenderia às necessidades da Itaipu, como de empresas similares atuantes nacional e internacionalmente. Um pólo dessa ordem atrairia outras atividades correlatas para o espaço, contribuindo para a diversificação da sua base produtiva.

Complementarmente, inovações e desenvolvimento de novas tecnologias poderiam se dar em outros centros de pesquisa e desenvolvimento, voltados para biotecnologia na produção de alimentos e nutrição animal, densificação da cadeia produtiva de alimentos, controle sanitário, que exigem novos conhecimentos e novos processos e procedimentos. A especialidade conquistada pela região poderia potencializar, assim, um amplo conjunto de novas atividades, além de adensar as cadeias existentes e conquistar novos mercados.

Essas considerações e indagações remanescentes, expressas ao longo do trabalho, permanecem e incitam à compreensão de que os estudos e debates sobre o 3.º espaço estão apenas começando.



REFERÊNCIAS

- AMOP. **Plano de desenvolvimento regional para a Região Oeste do Paraná**. Cascavel, 2007.
- BERLAN, J. P.; BERTRAND, J. P.; LEBAS, L. Éléments sur le développement du “complexe soja” américain dans le monde. *Revue Tiers Monde*, Paris: Presses Universitaires de France, v.17, n.66, p.307-330, juin 1976.
- BRASIL. Ministério da Fazenda. Secretaria do Tesouro Nacional. **Perfil e evolução das finanças municipais - 1997-2006**. Brasília, 2007. Versão preliminar.
- DESCHAMPS, Marley et al. **Quantificação e mapeamento dos movimentos pendulares dos municípios do Estado do Paraná - 2000**. Curitiba: IPARDES, 2007. (Primeira versão, 8). No prelo.
- DINIZ, C. C.; CROCCO, M. A. Reestruturação econômica e impacto regional: o novo mapa da indústria brasileira. *Nova Economia*, Belo Horizonte: UFMG/FACE/DCE, v.6, n.1, p.77-103, jul. 1996.
- D'OLIVEIRA, E., BURSZTYN, I., BADIN, L. Parque Nacional do Iguaçu. **Caderno Virtual de Turismo**, v.2, n.4, 2002. Disponível em: <http://www.ivt.coppe.ufrj.br/caderno/ojs/viewarticle.php?id=23&layout=abstract>
- FREITAG, L. da C. **Fronteiras perigosas: migração e brasilidade no extremo-oeste paranaense (1937-1945)**. Cascavel: Edunioeste, 2001.
- FUNDETEC. **Projeto estratégico de desenvolvimento agroalimentar**. Cascavel: Edunioeste, 1998. Disponível em www.fundetec.org.br. Acesso em: 12 jan. 2008.
- IPARDES. **Análise comparativa do progresso técnico na soja em uma região antiga de café (Norte) e em região de culturas alimentares (Extremo-Oeste) no Paraná**. Curitiba, 1981.
- IPARDES. **Famílias pobres no Paraná**. Curitiba, 2003a.
- IPARDES. **Índice de Desenvolvimento Humano Municipal - IDH-M 2000: anotações sobre o desempenho do Paraná**. Curitiba, 2003b.
- IPARDES. **Leituras regionais: mesorregiões geográficas paranaenses**. Curitiba, 2004.
- IPARDES. **Oeste paranaense: o 3.º espaço relevante: relatório de pesquisa**. Curitiba, 2008. Em fase de editoração.
- IPARDES. **Paraná: diagnóstico social e econômico**. Curitiba, 2003c.
- IPARDES. **Paraná: economia e sociedade**. 2. ed. Curitiba, 2006a.
- IPARDES. **Redes urbanas regionais: Sul**. Brasília: IPEA, 2000. (Série caracterização e tendências da rede urbana do Brasil, 6). Convênio IPEA, IBGE, UNICAMP/IE/NESUR, IPARDES.

IPARDES. **Os vários Paranás**: estudos socioeconômico-institucionais como subsídio aos planos de desenvolvimento regional. Curitiba, 2005.

IPARDES. **Os vários Paranás**: identificação de espacialidades socioeconômico-institucionais como subsídio a políticas de desenvolvimento regional. Curitiba, 2006b.

IPARDES. **Os vários Paranás**: linhas de ação para as dimensões econômica, social e institucional: subsídios à política de desenvolvimento regional. Curitiba, 2006c.

ITAIPU. **Nossa história**. Disponível em: <http://www.itaipu.gov.br/?q=node/356>
Acesso em: fev. 2008.

MAGALHÃES FILHO, Francisco de B. B. de. **Região da Associação dos Municípios do Oeste do Paraná - AMOP**: características e perspectivas de desenvolvimento. Curitiba: Paranacidade, 1999. (Technical series, 20).

MAGALHÃES, Marisa V. **O Paraná e suas regiões nas décadas recentes**: as migrações que também migram. Belo Horizonte, 2003. Tese (Doutorado) - UFMG/CEDEPLAR.

MONTENEGRO, S.; GIMENEZ BÉLIVEAU, V. **La triple frontera**: globalización y construcción social del espacio. Buenos Aires: Miño y Dávila Ed., 2006.

MOURA, R.; WERNECK, D. Z. Rede, hierarquia e região de influência das cidades: um foco sobre a Região Sul. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, Curitiba: IPARDES, n.100, p.25-56, jan./jun. 2001.

PARANÁ. Secretaria de Estado da Indústria e Comércio. **Programa de Desenvolvimento do Oeste do Paraná - PRODOPAR**. Curitiba, 1981.

PERIS, A. F. (Org.). **Estratégias de desenvolvimento regional**: região Oeste do Paraná. Cascavel: Edunioeste, 2003.

PERIS, A. F. **Trilhas, rodovias e eixos**: um estudo sobre desenvolvimento regional. Cascavel: Edunioeste, 2002.

PERIS, A. F.; BRAGA, E. G. Eixos de desenvolvimento intra-regionais. In.: PERIS, A. F. (Org.). **Estratégias de desenvolvimento regional**: região Oeste do Paraná. Cascavel: Edunioeste, 2003.

PNUD. **Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil 2003**. Brasília: PNUD: IPEA: Fundação João Pinheiro, 2003. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br> Acesso em: nov. 2007.

RABOSSI, Fernando. **Nas ruas de Ciudad del Este**: vidas e vendas num mercado de fronteira. Rio de Janeiro, 2004. Tese (Doutorado) - Universidade Federal do Rio de Janeiro.

REOLON, C. A. **A aglomeração urbana da soja**: Cascavel e Toledo no contexto da metropolização na Mesorregião Oeste Paranaense. Toledo, 2007. Dissertação (Mestrado) - UNIOESTE.



RIBEIRO, Sarah Iurkiv. **Etnicidade e política Indigenista: breve ensaio sobre as manifestações no Oeste do Paraná.** Disponível em: http://www.dhi.uem.br/publicacoesdhi/dialogos/volume01/vol6_atg3.htm Acesso em: 20 fev. 2008.

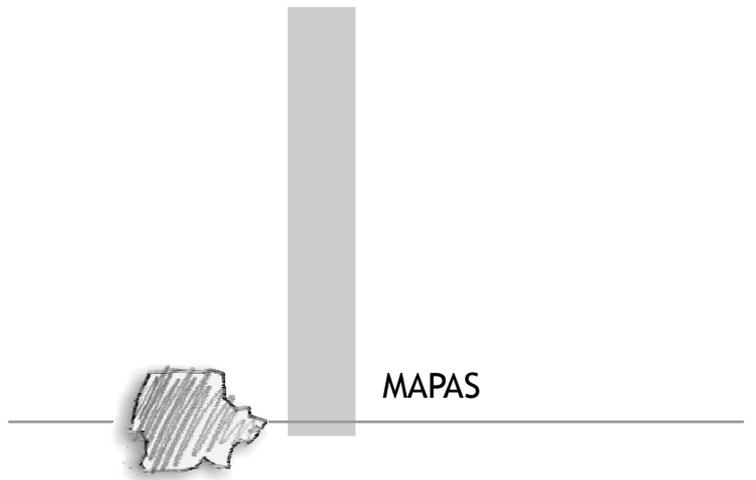
RIZZI, Aldair Tarcísio. **O capital industrial e a subordinação da pequena produção agrícola: o complexo avícola no sudoeste paranaense.** Curitiba, 1984. Dissertação (Mestrado) - UFMG.

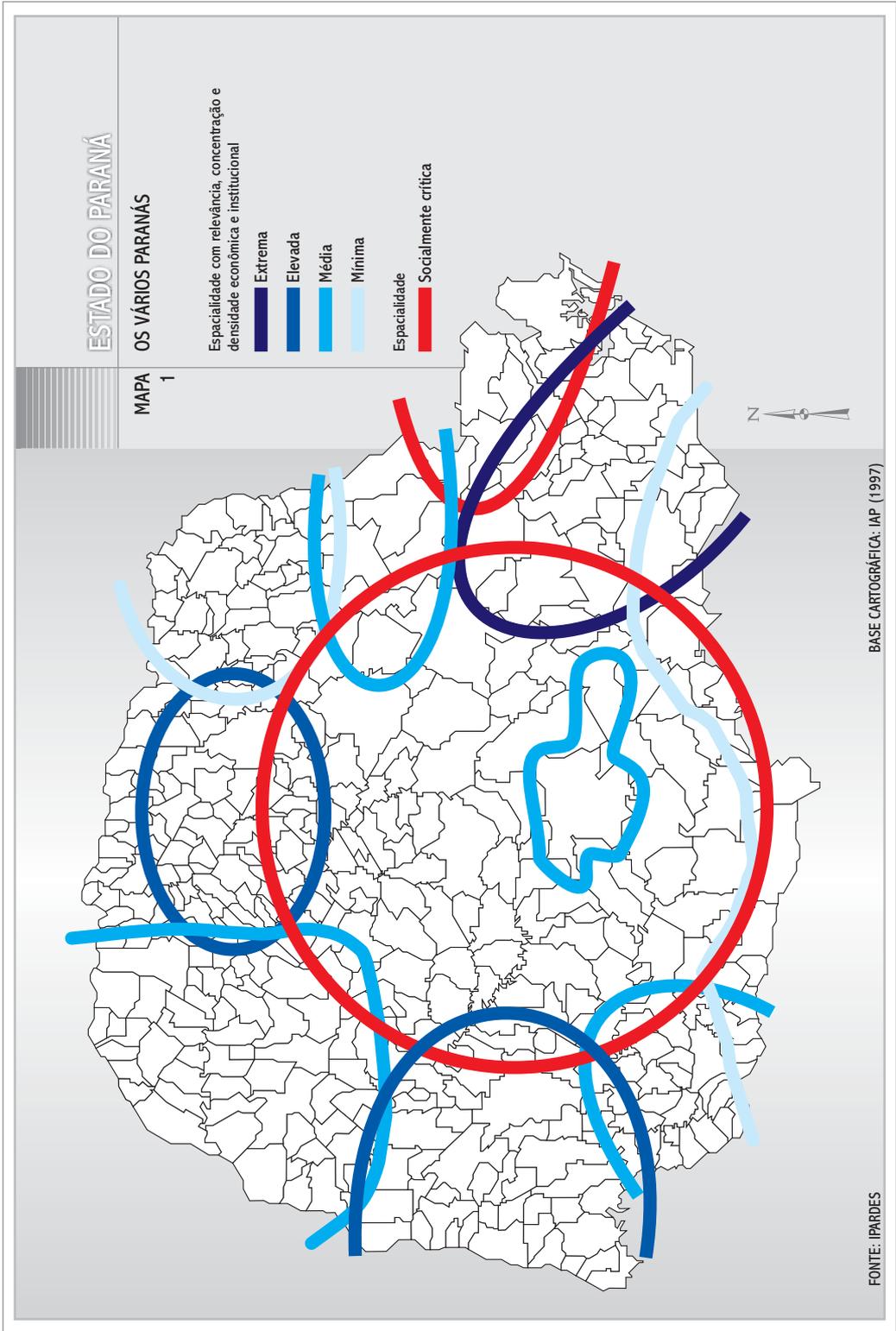
RIZZI, Aldair Tarcísio. **Mudanças tecnológicas e reestruturação da indústria agroalimentar: o caso da indústria de frangos no Brasil.** Campinas, 1993. Tese (Doutorado) - UNICAMP.

ROLIM, Cássio. **Como analisar as regiões transfronteiriças? Esboço de um enquadramento teórico-metodológico a partir do caso de Foz do Iguaçu.** São Paulo: USP/FEA/NEREUS, 2004. (TD Nereus 05-2004). Disponível em: http://www.econ.fea.usp.br/nereus/td/nereus_05_04.pdf

SPERANÇA, A. A.; SPERANÇA, R. **Terra e sangue.** Cascavel: Novapress, 1985.

WACHOWICZ, R. C. **Obrageros, mensus e colonos: história do oeste paranaense.** Curitiba: Vicentina, 1982.







ESTADO DO PARANÁ

3º Espaço Relevante - Oeste

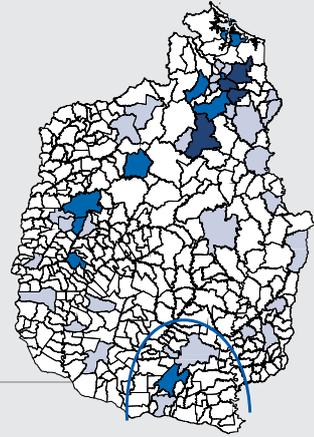
PARTICIPAÇÃO DOS MUNICÍPIOS NO VAF DA INDÚSTRIA E LOCALIZAÇÃO DOS ESTABELECIMENTOS INDUSTRIAIS COM FATURAMENTO ENTRE OS 300 MAIORES DO ESTADO, SEGUNDO SEGMENTOS 2005

% Participação VAF da Indústria

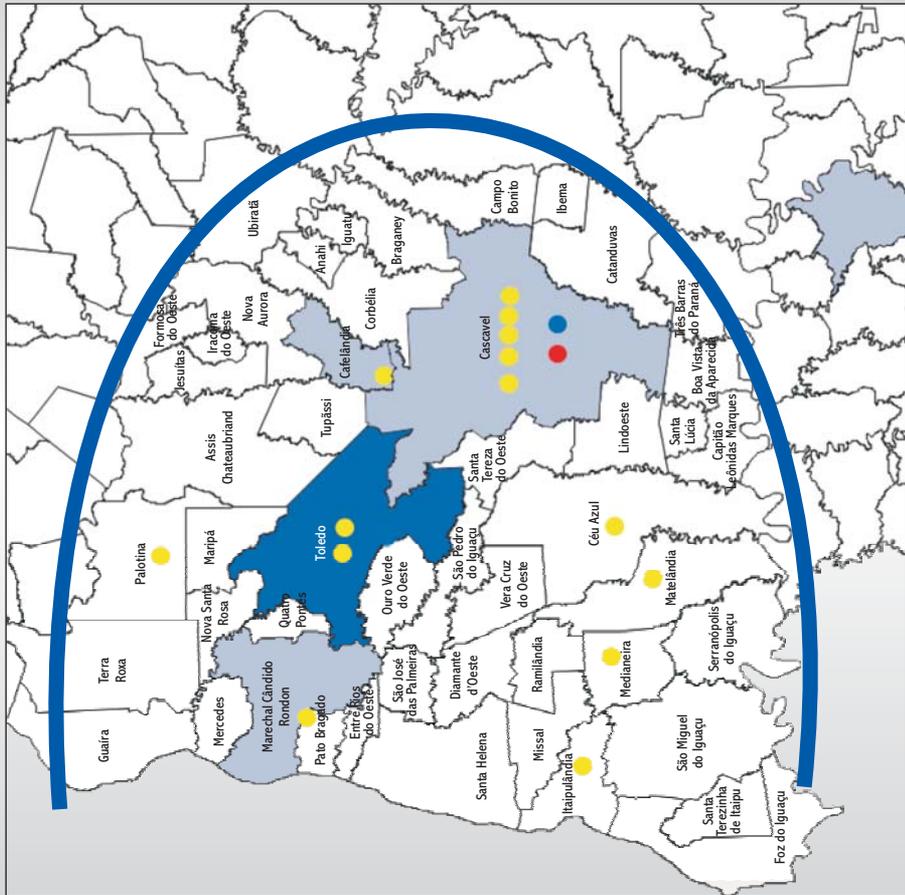
- >= 5
- >= 2,5 a < 5
- >= 1 a < 2,5
- >= 0,25 a < 1
- < 0,25

Segmentos industriais

- Fabricação de produtos alimentícios e bebidas
- Fabricação de produtos de metal, inclusive máquinas e equipamentos
- Fabricação de produtos químicos



MAPA 3



BASE CARTOGRÁFICA: SEMA (2004)

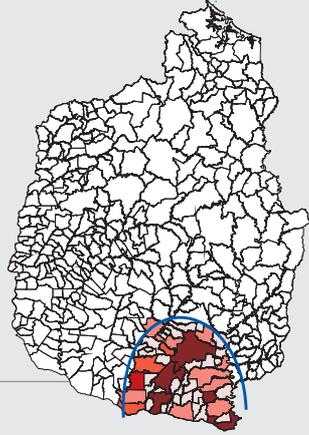
FONTE: SEFA. NOTA: Dados trabalhados pelo IPARDES.

ESTADO DO PARANÁ

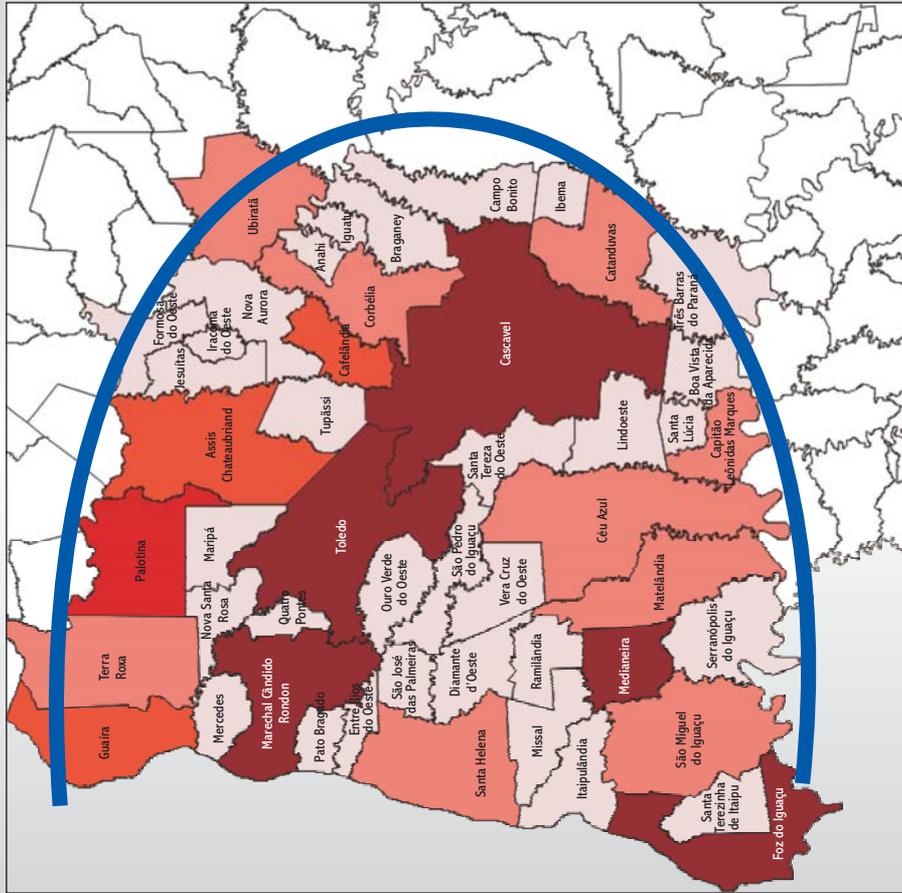
3º Espaço Relevante - Oeste

**CLASSIFICAÇÃO DOS MUNICÍPIOS
SEGUNDO PARTICIPAÇÃO NO TOTAL
DO EMPREGO FORMAL DO ESTADO
1985/2005**

- %
- < 0,10
 - ≥ 0,10 e < 0,25 em 1 período ou mais
 - ≥ 0,25 em 1 ou 2 períodos
 - ≥ 0,25 em 3 ou 4 períodos
 - ≥ 0,25 desde o início do período
 - não pesquisados
- NOTA - Períodos:
1985 a 1990
1990 a 1995
1995 a 2000
2000 a 2005



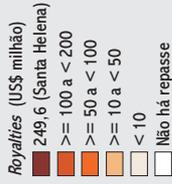
MAPA
4



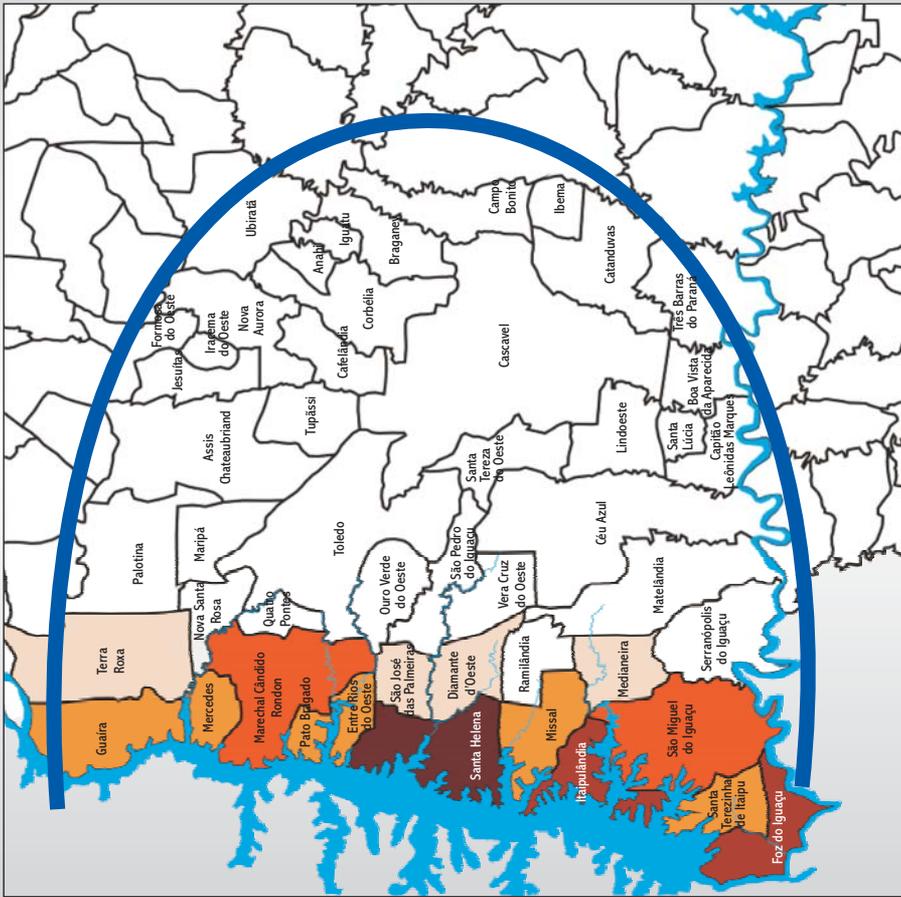
BASE CARTOGRÁFICA: SEMA (2004)
FONTE: MTE-RAIS NOTA: Dados trabalhados pelo IPARDES.

ESTADO DO PARANÁ
3º Espaço Relevante - Oeste

REPASSE DE ROYALTIES SEGUNDO
 MUNICÍPIOS LINDEIROS AO LAGO
 DE ITAIPU - 2008



MAPA
 6



BASE CARTOGRÁFICA: SEMA (2004)
 FONTE: ITAIPU/ANEEL. NOTA: Dados trabalhados pelo IPARDES.



SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO GERAL - SEPL



INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL - IPARDES
Rua Máximo João Kopp, 274 - Centro Administrativo Regional Santa Cândida - Bloco 2
CEP 82630-900 - CURITIBA-PR - Tel.: (41)3351-6335 e 3351-6345 - Fax: (41)3351-6347
www.ipardes.gov.br ipardes@ipardes.gov.br